

Aula 11

*Unioeste - Conhecimentos
Gerais/Legislação - 2023 (Pós-Edital)*

Autor:

**Leandro Signori, Ricardo Torques,
Sergio Henrique, Equipe
Legislação Específica Estratégia**

Concursos
05 de Junho de 2023

Índice

1) Organização Política e Territorial do Brasil	3
2) Eleições de 2022 no Brasil	5
3) O Brasil e a Questão Migratória	20
4) IDH	23
5) Censo Demográfico	27
6) Novo Ensino Médio	30
7) Chuva extremas, enchentes e deslizamentos de encostas no Brasil	32
8) Questões Comentadas - Organização Política e Territorial do Brasil - Multibancas	37
9) Questões Comentadas - Eleições de 2022 no Brasil - Multibancas	38
10) Questões Comentadas - O Brasil e a Questão Migratória - Multibancas	43
11) Questões Comentadas - IDH - Multibancas	47
12) Questões Comentadas - Censo Demográfico - Multibancas	49
13) Lista de Questões - Organização Política e Territorial do Brasil - Multibancas	53
14) Lista de Questões - Eleições de 2022 no Brasil - Multibancas	54
15) Questões Comentadas - O Brasil e a Questão Migratória - Multibancas	56
16) Lista de Questões - IDH - Multibancas	60
17) Lista de Questões - Censo Demográfico - Multibancas	62



ORGANIZAÇÃO POLÍTICA E TERRITORIAL DO BRASIL

Na sua atual configuração política, o Brasil é uma República Federativa composta por 26 **estados**, mais o **Distrito Federal**, e por 5.568 **municípios**. O sistema federativo foi adotado a partir de 1889, com a Proclamação da República, que transformou as então províncias em estados.

A **organização político-administrativa** da República Federativa do Brasil compreende a **União**, os **Estados**, o **Distrito Federal** e os **Municípios**, **todos autônomos**, nos termos da Constituição Federal. O governo de qualquer um deles não pode determinar o que o governo do outro pode ou não fazer. Cada um exerce suas competências dentro dos limites reservados pela Constituição.

Os estados são regidos por Constituições Estaduais e os municípios por Leis Orgânicas Municipais, cujos princípios não podem contrariar os da Constituição Federal e Estadual. Ambos elegem os seus governantes e representantes no Poder Legislativo.

Estrutura dos Poderes

O Brasil adota a estrutura de organização dos poderes políticos em três grandes poderes, ideia que foi desenvolvida na época do Iluminismo e foi sistematizada pelo filósofo Montesquieu. O Estado Brasileiro é formado pelo Poder Executivo, Legislativo e Judiciário. Essa divisão é uma cláusula pétrea na Constituição Federal, isto é, não pode ser alterada por Proposta de Emenda à Constituição (PEC).

Poder Executivo

A atribuição do Executivo é a de governar o povo e administrar os interesses públicos. Juntamente do Legislativo, participa da elaboração de leis e as executa.

O chefe do Poder Executivo em nível federal é o Presidente da República. Em nível estadual, são os Governadores, e, em nível municipal, são os Prefeitos.

Poder Legislativo

A atribuição central do Legislativo é de elaborar e propor as leis que regerão a sociedade.

O Poder Legislativo brasileiro em nível federal é bicameral, ou seja, é constituído por duas câmaras: o Senado Federal e a Câmara dos Deputados. Seus representantes são, respectivamente, os Senadores e os Deputados Federais.

Nos estados, o Poder Legislativo é constituído pelas Assembleias Legislativas Estaduais, compostas pelos Deputados Estaduais.

Já em nível municipal, os representantes do Poder Legislativo são os Vereadores.



Poder Judiciário

O Poder Judiciário é constituído em suas instâncias mais altas pelo Supremo Tribunal Federal e pelos tribunais superiores de Justiça, do Trabalho, Eleitoral e Militar. É representado pelos juízes, desembargadores e ministros.

Tem a capacidade e a prerrogativa de julgar de acordo com as regras constitucionais e leis do país. Dos três poderes, é o único cujos titulares não são eleitos pela população.



Organização Política e Territorial do Brasil

O Brasil é uma República Federativa composta por 26 **estados**, mais o **Distrito Federal**, e por 5.568 **municípios**.

A **organização político-administrativa** da República Federativa do Brasil compreende a **União**, os **Estados**, o **Distrito Federal** e os **Municípios**, **todos autônomos**, nos termos da Constituição Federal.

O Brasil adota a estrutura de organização dos poderes políticos em três grandes poderes, ideia que foi desenvolvida na época do Iluminismo e foi sistematizada pelo filósofo Montesquieu. O Estado Brasileiro é formado pelo **Poder Executivo, Legislativo e Judiciário**. Essa divisão é uma cláusula pétrea na Constituição Federal, isto é, não pode ser alterada por Proposta de Emenda à Constituição (PEC).



ELEIÇÕES DE 2022 NO BRASIL

No ano de 2022, os cidadãos brasileiros foram às urnas votar nas chapas para Presidente da República e Vice-Presidente da República, Governador e Vice-Governador, Senador, Deputado Federal e Deputado Estadual ou Distrital.

O primeiro turno das eleições ocorreu em 2 de outubro, e o segundo no dia 30 de outubro. As datas correspondem ao primeiro e último domingo do mês, conforme prevê a Constituição Federal. Os eleitos serão diplomados até o dia 19 de dezembro de 2022.

A seguir, vamos discorrer sobre alguns tópicos relevantes das eleições deste ano.

Sistema Eleitoral

O voto no Brasil é permitido a cidadãos maiores de 16 anos, e obrigatório entre 18 e 70 anos. Aqueles que não votarem em uma eleição e depois não apresentarem uma justificativa aceitável, como estar ausentes de seu lugar de votação na data, devem pagar uma multa de R\$ 3,51. Os cidadãos brasileiros que residem fora do Brasil só podem votar para a eleição presidencial.

Eleições majoritárias

As eleições para presidente, vice-presidente, governador e vice-governador dos estados e do Distrito Federal são feitas de acordo com o sistema **majoritário**. Assim, são eleitas as chapas (com titular e vice) que receberem mais votos. Caso alguma não obtenha a maioria absoluta (50% +1 dos votos válidos, o que exclui os brancos e os nulos), as duas chapas mais votadas concorrem entre si no segundo turno.

As eleições para senador também são majoritárias, mas, nesse caso, vence o mais votado (no caso de se eleger apenas um senador, como em 2022), ou os dois mais votados (quando há abertura de duas vagas), independentemente de quantidade de votos, sem possibilidade de segundo turno. Os mandatos dos senadores são de oito anos, de forma que, em cada eleição, são eleitos, alternadamente, um ou dois senadores.

Em 2022, um terço dos 81 membros do Senado Federal foram eleitos, os outros dois terços dos senadores foram escolhidos em 2018.

Eleições proporcionais

Nas eleições proporcionais (para deputados federais, estaduais e distritais), o sistema eleitoral é o voto proporcional por lista aberta. Nesse caso, o total de votos recebidos pelo partido (incluindo a possibilidade do voto em legenda, ou seja, apenas nos números do partido, sem indicação de candidato) define a quantidade de vagas que o partido recebe, e a ordem de preenchimento das vagas ocorre pela ordem decrescente do número de votos de cada um dos candidatos do partido.



Até as eleições gerais no Brasil em 2014, havia a possibilidade da formação de coligação partidária. O sistema de coligações para as eleições proporcionais foi extinto pela reforma eleitoral de 2017, e, nas eleições gerais de 2018, a distribuição de vagas foi apenas por partido. No entanto, a legislação continuou a permitir a união de partidos em torno de uma única candidatura nas eleições majoritárias (para os cargos presidente, senador, governador e prefeito). A partir das eleições de 2022, passou a valer o sistema da **federação partidária**, que se difere das coligações proporcionais, como veremos a seguir.

Federações Partidárias

A Lei nº 14.208, de 28 de setembro de 2021, é a responsável por regulamentar a criação de Federações Partidárias no Brasil. Seu conceito está expresso no artigo 11-A:

Art. 11-A: Dois ou mais partidos políticos poderão reunir-se em federação, a qual, após sua constituição e respectivo registro perante o Tribunal Superior Eleitoral, atuará como se fosse uma única agremiação partidária.

A Federação Partidária permite que dois ou mais partidos políticos se unam não somente nas eleições, mas também durante a legislatura. A união dos partidos na federação partidária tem abrangência nacional e duração mínima de quatro anos. Todos os partidos da federação partidária terão que apoiar os mesmos candidatos majoritários em nível nacional, estadual e municipal. Haverá uma única chapa de candidaturas proporcionais, como se fosse uma coligação, para as eleições de deputados e vereadores.

As Federações Partidárias podem ser equiparadas a partidos políticos. Isso significa que elas funcionarão por meio de uma bancada dentro das Casas Legislativas, o que resulta em uma diminuição no número de bancadas nos Legislativos.

Além disso, o objetivo é unir partidos com afinidade ideológica e, dessa forma, facilitar para o eleitor acompanhar o seu voto, visto que há muitos partidos ativos atualmente com mais ou menos os mesmos ideais e princípios.

E ainda, as federações ajudam os partidos menores, ou com uma força parlamentar mais singela no Congresso Nacional, a alcançarem a cláusula de barreira, regra legal que limita a atuação de partidos políticos que não obtêm determinada porcentagem de votos no país.

Na hipótese de desligamento de um ou mais partidos, a federação poderá ter continuidade, desde que nela permaneçam ao menos duas agremiações. Contudo, a legenda que se desvincular antes do prazo mínimo de quatro anos poderá sofrer sanções, como a proibição de ingressar em nova federação, de celebrar coligação nas duas eleições seguintes e de utilizar recursos do Fundo Partidário até que seja completado o tempo remanescente.

O partido que se desligar da federação poderá participar da eleição isoladamente, se a ruptura ocorrer até seis meses antes do pleito. Caso a extinção da federação seja motivada pela fusão ou pela incorporação entre os partidos, nenhuma das penalidades será aplicada.



Qual a diferença entre Federação Partidária e Coligação Partidária?

As coligações partidárias são alianças que partidos fazem para aumentar as chances de vitória em uma eleição. As coligações têm uma natureza apenas eleitoral e temporária, sendo realizadas somente no período das eleições, posteriormente são extintas.

Já no caso das federações partidárias, dois ou mais partidos políticos podem se unir como se fossem um único partido, e essa união terá que ter uma duração mínima de quatro anos.

Cláusula de Barreira

A Emenda Constitucional 103 nº 97, de 4 de outubro de 2017 (também conhecida como mini reforma política), estabeleceu, dentre várias alterações, que os partidos precisam atingir um desempenho eleitoral mínimo para que tenham direito ao tempo de propaganda e acesso ao fundo partidário, que aumentará gradativamente até o ano de 2030. É a chamada "**cláusula de barreira**" ou "cláusula de desempenho".

Nas eleições deste ano, para que tenham acesso ao tempo de propaganda gratuita no rádio e na TV, além dos recursos do fundo partidário, as legendas deveriam alcançar, na eleição para a Câmara dos Deputados:

- no mínimo 2% dos votos válidos, distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação, com um mínimo de 1% dos votos válidos em cada uma delas; ou
- eleger pelo menos 11 deputados federais distribuídos em pelo menos um terço das unidades da federação.

No caso das federações partidárias, para a verificação da cláusula de desempenho, deverão ser consideradas a soma da votação e a representação dos partidos unidos na federação.

Biometria

A justiça eleitoral tem gradualmente implantado a identificação e a verificação biométrica da impressão digital para votar. O objetivo é ter mais segurança e evitar fraudes, como um eleitor votar no lugar de outra pessoa com uma identidade falsa ou que alguém vote no lugar de um eleitor morto.

Nas eleições de 2018, mais de 50% dos eleitores brasileiros estavam aptos a votar por meio da identificação biométrica. A expectativa era de aumentar esse percentual para as eleições de 2020, para que, em 2022, fosse obrigatória em todo o país. Porém, devido à pandemia da covid-19, não houve identificação biométrica do eleitorado nas eleições de 2020. Pelo mesmo motivo, os cartórios eleitorais de todo o país suspenderam o cadastramento de novas biometrias até que a situação de emergência sanitária se regularize. O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) reviu seu planejamento e passou a ter como meta que a identificação biométrica alcance quase 100% do eleitorado apto a votar até as eleições de 2026.



Urna Eletrônica

O presidente Jair Bolsonaro tem feito declarações públicas colocando dúvidas quanto o processo eleitoral brasileiro e à possibilidade de fraudes nos votos registrados pelas urnas eletrônicas. O presidente e seus apoiadores defendem a implementação do sistema de voto impresso.

O método de votação da urna eletrônica usado no Brasil foi o resultado de um trabalho de mais de 60 anos e, desde sua implementação, em 1996, nunca houve fraude em uma eleição. O processo eletrônico de votação tem diversos mecanismos para assegurar a sua segurança. Segundo a Justiça Eleitoral, existem mais de 30 camadas de segurança nas urnas eletrônicas. Elas não têm conexão com a internet, *bluetooth* ou qualquer outra rede aberta.

Minirreforma Eleitoral

Foi promulgada, no mês de setembro de 2021, a Emenda Constitucional 111, de 2021, também conhecida como “Minirreforma Eleitoral”, que contempla mudanças nas regras para as eleições no país. Vejamos algumas das principais alterações para a legislação eleitoral já vigentes nas eleições de 2022:

- **Fidelidade partidária:** pela nova regra, deputados federais, estaduais e distritais e vereadores que saírem do partido pelo qual tenham sido eleitos não perderão o mandato se a legenda concordar com a saída. Antes, vereadores e deputados só poderiam mudar de partido sem perder o mandato em caso de “justa causa”;
- **Incentivos a candidaturas de negros e mulheres:** votos dados a mulheres e pessoas negras serão contados em dobro para efeito da distribuição dos recursos dos fundos partidário e eleitoral nas eleições de 2022 a 2030;
- **Incorporação:** a Emenda Constitucional prevê uma regra para impedir que, em caso de incorporação de partidos, eventuais sanções aplicadas ao partido incorporado não sejam transferidas para o partido incorporador nem aos seus novos dirigentes, exceto aos que já integravam o partido incorporado;
- **Nova data de posse:** a partir das eleições de 2026, a posse do presidente da República será em 5 de janeiro. Já os governadores serão empossados no dia 6 de janeiro. Atualmente, ambas as cerimônias ocorrem em 1º de janeiro. Os candidatos eleitos para a Presidência da República e para os governos estaduais em 2022 tomarão posse normalmente em 1º de janeiro de 2023, entretanto, seus mandatos durarão até a posse de seus sucessores, em 5 e 6 de janeiro de 2027;
- **Consultas populares:** a PEC definiu regras para a realização de consultas populares sobre aspectos locais, que devem ser feitas junto com as eleições municipais. Essas consultas terão que ser aprovadas pelas câmaras municipais e encaminhadas à Justiça Eleitoral até 90 dias antes da data das eleições, e as manifestações dos candidatos sobre essas questões não poderão ser exibidas durante a propaganda gratuita no rádio e na televisão.

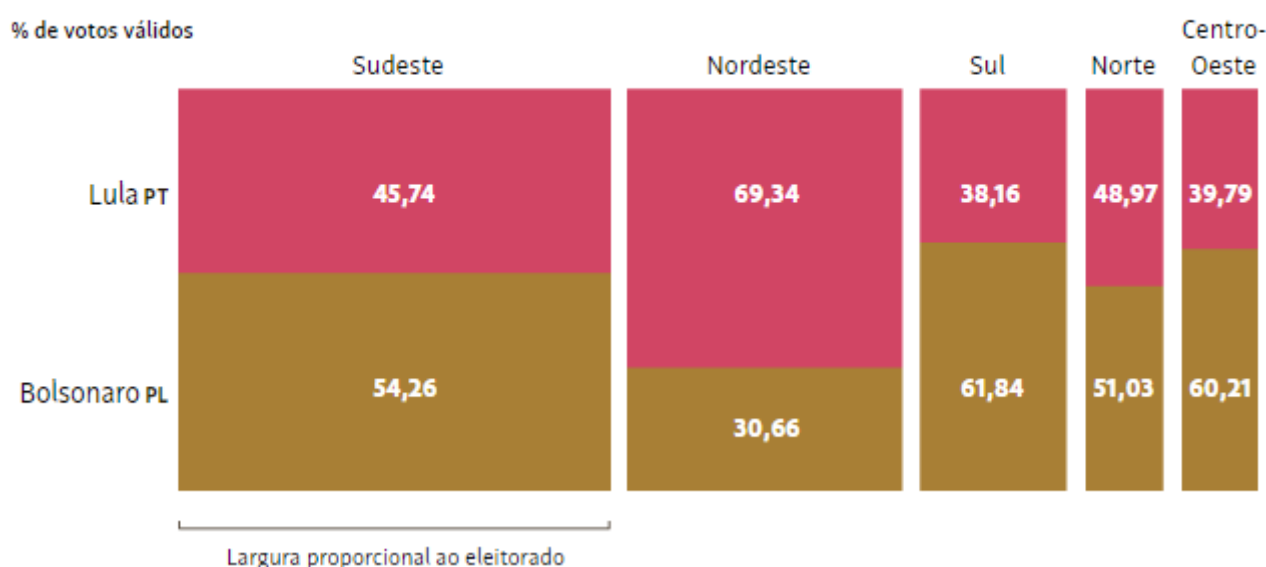


Balanço das Eleições

Lula (PT) venceu as eleições presidenciais de 2022, em segundo turno. Com 100% das urnas apuradas, Lula recebeu 60.345.999 votos (50,9% dos votos válidos) e Jair Bolsonaro (PL) 58.206.354 votos (49,1% dos votos válidos). É a menor diferença da história brasileira desde a redemocratização da década de 1980, após o regime militar.

Lula venceu em 13 estados, Bolsonaro também venceu em 13 estados mais o Distrito Federal. O Nordeste foi decisivo para a vitória de Lula, sendo a única das cinco grandes regiões em que o petista superou Bolsonaro. No geral, Lula e Bolsonaro mantiveram os percentuais de votos no Nordeste, nas eleições de 2018 e 2022. Para alguns analistas políticos, o Sudeste foi decisivo para a vitória de Lula e a derrota de Bolsonaro, já que o candidato do PT cresceu nessa região em comparação a 2018, enquanto o candidato do PL diminuiu a sua votação. Vejamos nos infográficos, a seguir, mais informações sobre o resultado da eleição presidencial:

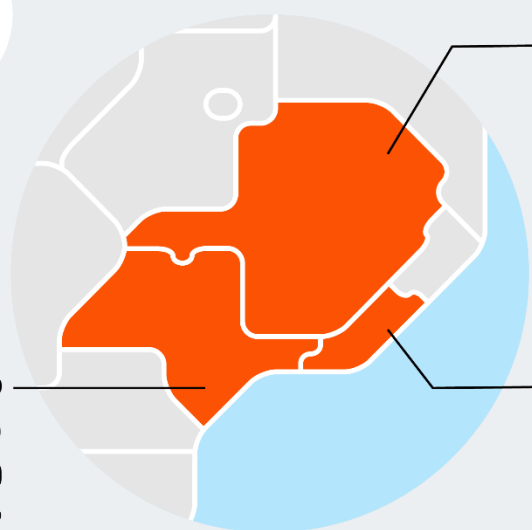
Como votou cada região



RESULTADOS 2º TURNO - 2018 X 2022

O TRIÂNGULO DAS BERMUDAS DE BOLSONARO

em 2022, o presidente teve 11,4 pontos percentuais dos votos válidos a menos na soma das 3 regiões



Minas Gerais

(% votos válidos)

2018 **58,2**

2022 **49,8**

variação **-8,4 p.p.**

São Paulo

(% votos válidos)

2018 **68,0**

2022 **55,2**

variação **-12,7 p.p.**

Rio de Janeiro

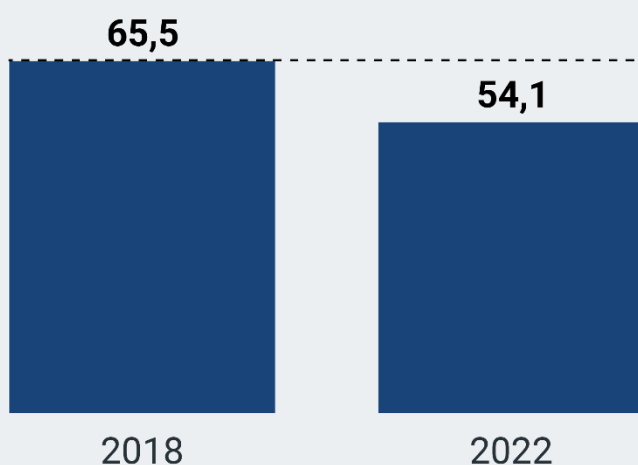
(% votos válidos)

2018 **68,0**

2022 **56,5**

variação **-11,5 p.p.**

placar somado dos votos válidos em SP, RJ e MG



11,4

p.p. a menos

equivalente a **5,4 milhões** de votos válidos que Bolsonaro poderia ter tido se repetisse percentual de 2018

fonte: TSE (Tribunal Superior Eleitoral)

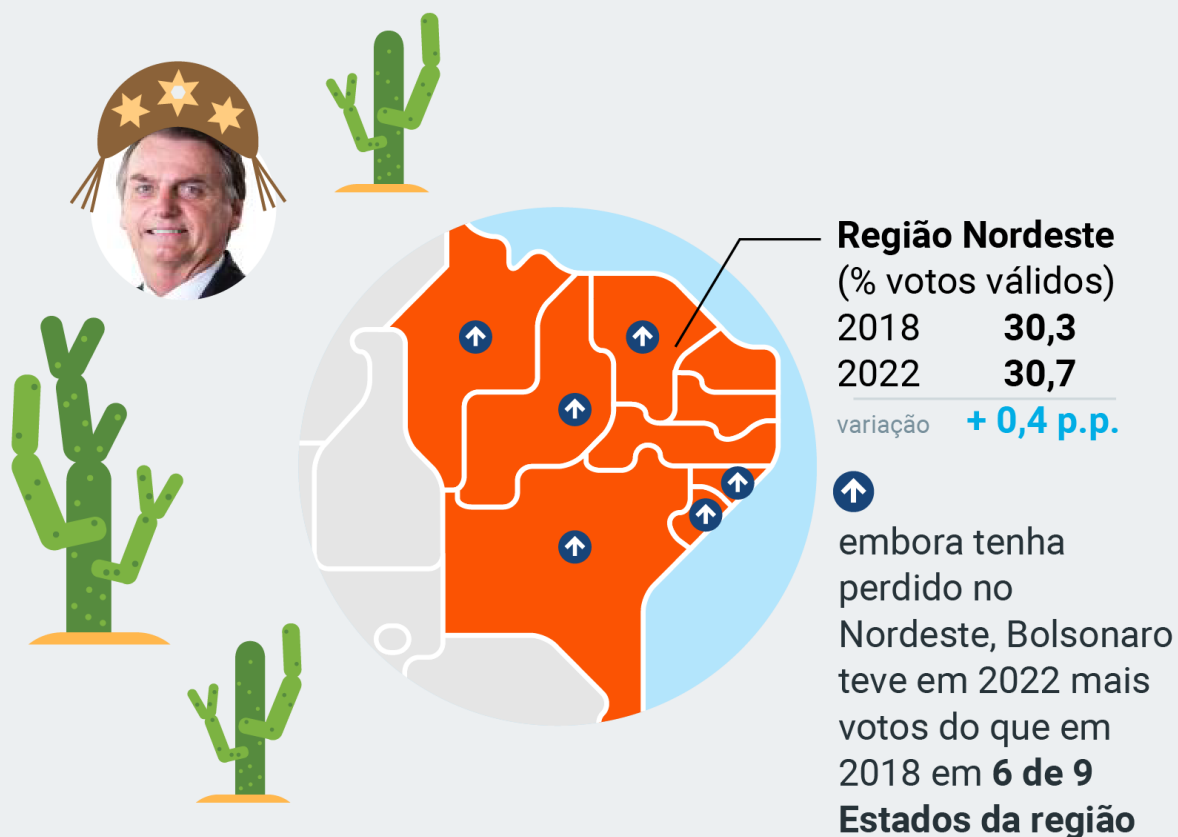
PODER 360



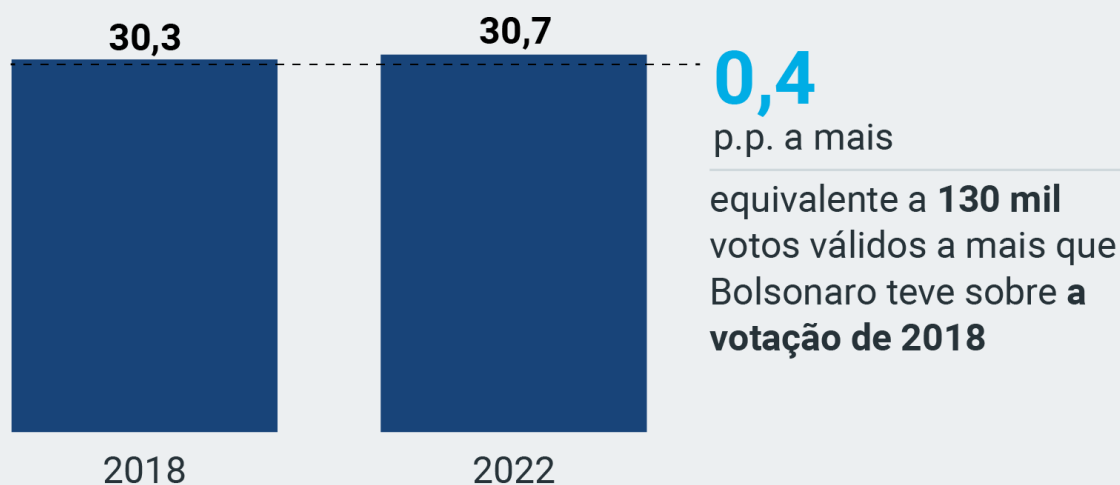
RESULTADOS 2º TURNO - 2018 X 2022

O NORDESTE DE BOLSONARO

percentual de apoio ao presidente foi maior em 2022 ante 2018



placar somado dos votos válidos no Nordeste

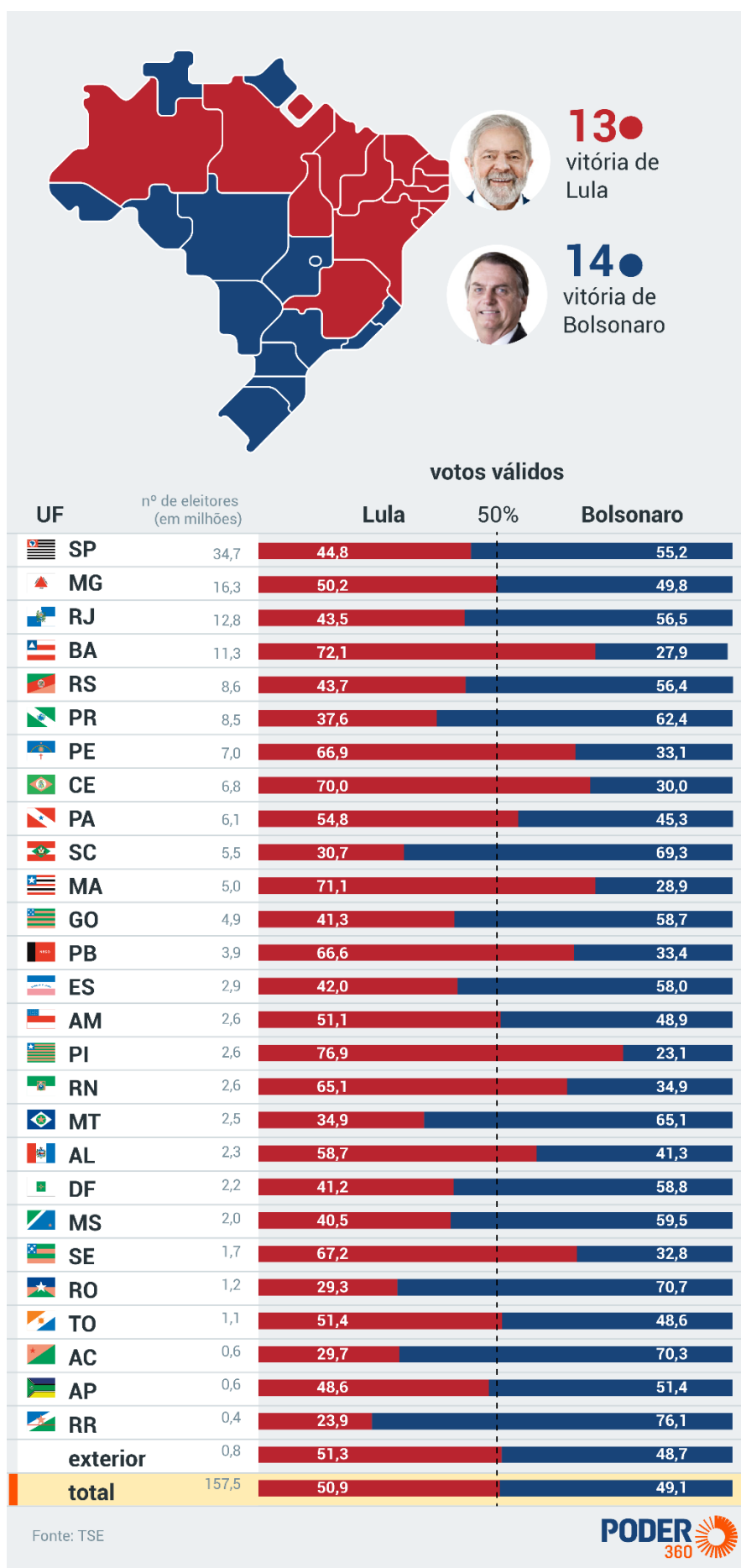


Fonte: TSE

PODER
360

abaixo





Quando assumir, em janeiro, Lula, que tem 77 anos, será o mais velho ocupante do cargo na história. Será sua terceira passagem pelo governo, pois já liderou em dois mandatos anteriores (2003-2010).

Essa foi também a primeira vez que o pleito foi decidido entre dois nomes que já comandaram o país.

As abstenções no segundo turno das eleições presidenciais chegaram a 20,58% do total de eleitores aptos a voto, o menor registrado desde 2006. **Esta é a primeira vez que a abstenção no segundo turno foi menor que a do primeiro turno (20,95%).** Números do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) evidenciam que as taxas de abstenção tendem a crescer entre o primeiro e o segundo turno, histórico interrompido nesse pleito.

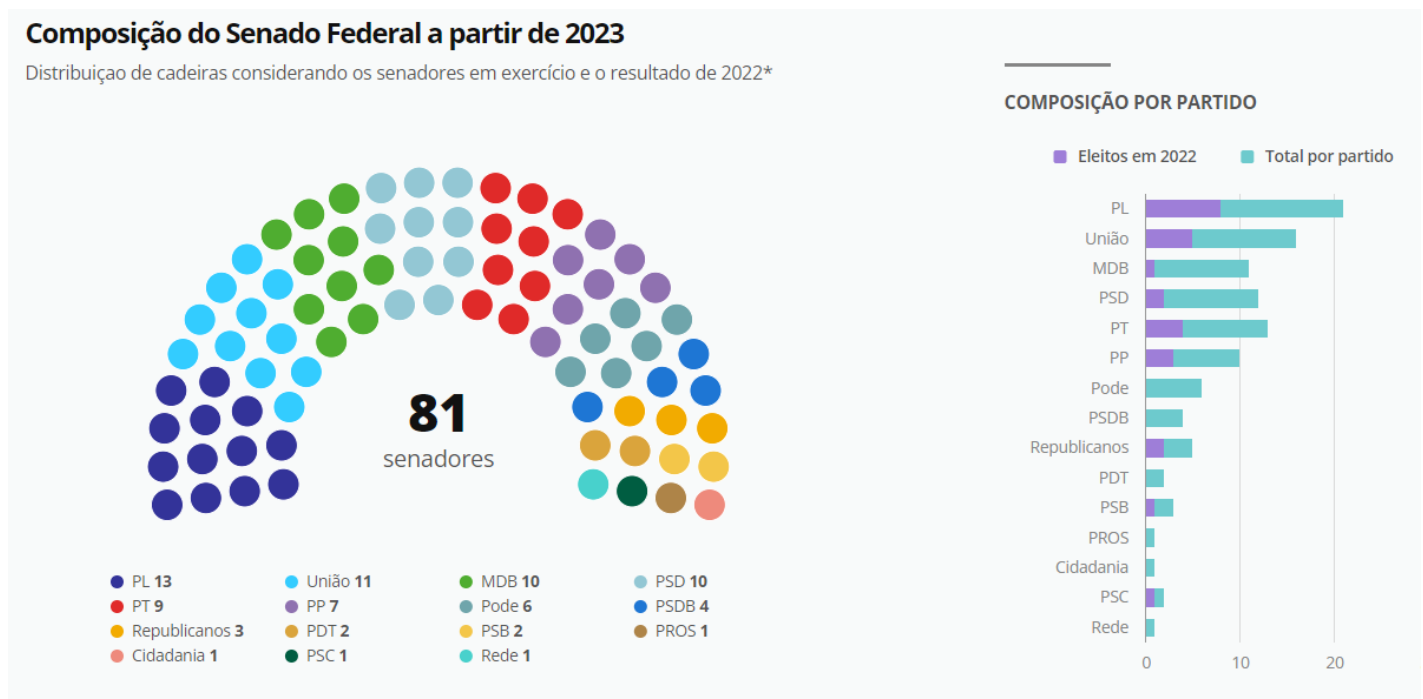
Senado Federal

O **Partido Liberal (PL)**, de Jair Bolsonaro, elegeu o maior número de Senadores e, com isso, terá a maior bancada no Senado Federal, com oito senadores eleitos em 2022.

A sigla ocupará 14 das 81 cadeiras do Senado na próxima legislatura, que começa em 2023. É o partido que apresentou maior crescimento de bancada nessas eleições. Em seguida, o **União Brasil**, com 11 senadores, será a segunda maior bancada.

O **MDB**, por sua vez, foi quem mais perdeu no Senado: passou de 12 para nove senadores, e de primeira para quarta maior bancada. O **PT**, de Luiz Inácio Lula da Silva, passou de sete para nove senadores, empatando com o MDB na quarta posição.

Vejamos no infográfico a seguir como será a composição do Senado Federal a partir de 2023:



Câmara dos Deputados

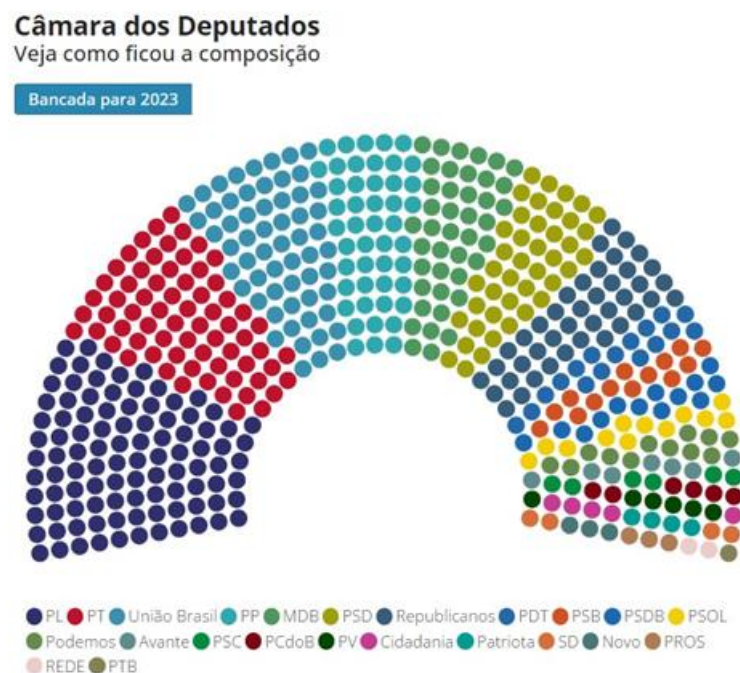
O **PL** também elegeu a maior bancada na Câmara dos Deputados. A legenda conseguiu 99 vagas para deputado, fiando à frente do **PT** (68), do **União Brasil** (59), do PP (47) e do **MDB** (42).

No comparativo com a atual bancada da Câmara dos Deputados, o **PL** foi o partido que mais aumentou o número de deputados, somando 22 parlamentares a mais. O **PT** vem em seguida, com 12 deputados a mais.

Por outro lado, o **PSDB** foi o partido que teve a maior redução na bancada, saindo dos atuais 23 deputados para 13. Esse foi o pior resultado, ao menos, desde 1998, último ano em que os dados estão disponíveis no site da Câmara dos Deputados. O **PP** também teve redução de 10 vagas: em 2018 eram 57 deputados, agora foram eleitos 47.

Além disso, foram reduzidos o número de partidos com representantes na Câmara. Foram eleitos deputados de 23 partidos para a legislatura 2023-2026, número menor que o registrado em 2018, quando 30 siglas conseguiram eleger ao menos um deputado.

Vejamos no infográfico a seguir como será a composição da Câmara dos Deputados a partir de 2023:



Partidos	Bancada para 2023	Bancada atual (titulares)
PL	99	77
PT	68	56
União Brasil	59	52
PP	47	57
MDB	42	37
PSD	42	46
Republicanos	41	43
PDT	17	19
PSB	14	23
PSDB	13	23
PSOL	12	8
Podemos	12	8
Avante	7	6
PSC	6	9
PCdoB	6	8
PV	6	4
Cidadania	5	6
Patriota	4	5
SD	4	8
Novo	3	8
PROS	3	4
REDE	2	2

g1

Fonte: TSE

O Brasil elegeu um número recorde de mulheres e negros. A partir de 2023, quando os novos escolhidos assumirem os mandatos, a Câmara terá 91 deputadas federais e 135 parlamentares negros, pardos ou pretos, segundo a denominação do IBGE. **O número de negros e de mulheres na Câmara tem aumentado progressivamente no país ao longo dos últimos anos.**

A Câmara dos Deputados também terá pela primeira vez na história duas mulheres **trans** como deputadas federais: Erika Hilton (PSOL-SP) e Duda Salabert (PDT-MG).

Também foram eleitas, pela primeira vez, duas mulheres **indígenas** como deputadas federais no Brasil. Sonia Guajajara (PSOL) conquistou o marco em São Paulo, com mais de 156 mil votos, e Célia Xakriabá (PSOL) recebeu 101 mil votos, ganhando em Minas Gerais.

Os deputados federais mais votados foram: 1º Nikolas Ferreira (PL-MG), vereador de Belo Horizonte que tem 26 anos e contou com o apoio de 1.492.047 de eleitores; 2º Guilherme Boulos (PSOL-SP), com 1.001.472 votos; 3ª Carla Zambelli (PL-SP), com 946.244 votos; 4º Eduardo Bolsonaro (PL-SP), com 741.701; 5º Ricardo Salles (PL-SP), ex-ministro do Meio Ambiente na gestão Bolsonaro, eleito com 640.918 votos.

Governos Estaduais

Nas eleições de 2022, quinze estados decidiram o governador no primeiro turno e 15 no segundo turno.



Essas eleições bateram recorde de governadores reeleitos desde 2006: dos 20 candidatos, 18 confirmaram o segundo mandato. Apenas em dois estados, São Paulo e Santa Catarina, os eleitores escolheram em não dar continuidade ao governo atual.

Com quatro estados, PT e União Brasil são os partidos com mais estados sob comando. Outros três partidos elegeram três governadores cada um: MDB, PSB e PSDB. Quatro partidos elegeram dois governadores: PL, PP, PSD e Republicanos. Dois partidos elegeram apenas um representante cada: Novo e Solidariedade.

É possível conferir a seguir a lista de governadores eleitos:



PT E UNIÃO BRASIL SÃO OS PARTIDOS COM MAIS ESTADOS EM 2023

governadores eleitos em 2022

partidos

- PT
- PSB
- MDB
- PSDB
- União
- PSD
- PTB
- PP
- PL
- Novo
- Solidariedade
- Republicanos



UF		governador eleito	milhões de eleitores
AC	●	Gladson Cameli (PP)	0,6
AL	●	Paulo Dantas (MDB)	2,3
AM	●	Wilson Lima (União Brasil)	2,6
AP	●	Clécio Luis (Solidariedade)	0,6
BA	●	Jerônimo Rodrigues (PT)	11,3
CE	●	Elmano de Freitas (PT)	6,8
DF	●	Ibaneis Rocha (MDB)	2,2
ES	●	Renato Casagrande (PSB)	2,9
GO	●	Ronaldo Caiado (União B.)	4,9
MA	●	Carlos Brandão (PSB)	5,0
MG	●	Romeu Zema (Novo)	16,3
MS	●	Eduardo Riedel (PSDB)	2,0
MT	●	Mauro Mendes (União B.)	2,5
PA	●	Helder Barbalho (MDB)	6,1
PB	●	João Azevêdo (PSB)	3,1
PE	●	Raquel Lyra (PSDB)	7,0
PI	●	Rafael Fonteles (PT)	2,6
PR	●	Ratinho Jr. (PSD)	8,5
RJ	●	Cláudio Castro (PL)	12,8
RN	●	Fátima Bezerra (PT)	2,6
RO	●	Marcos Rocha (União Brasil)	1,2
RR	●	Antonio Denarium (PP)	0,4
RS	●	Eduardo Leite (PSDB)	8,6
SC	●	Jorginho Melo (PL)	5,5
SE	●	Fábio Mitidieri (PSD)	1,7
SP	●	Tarcísio de Freitas (Republicanos)	34,7
TO	●	Wanderlei Barbosa (Republicanos)	1,1

fonte: TSE





Eleições de 2022 no Brasil

No ano de 2022, os cidadãos brasileiros foram às urnas votar para nas chapas para Presidente e Vice-Presidente da República, Governador e Vice-Governador, Senador, Deputado Federal e Deputado Estadual ou Distrital.

As eleições para presidente, vice-presidente, governador e vice-governador dos estados e do Distrito Federal são feitas de acordo com o sistema **majoritário**, no qual são eleitas as chapas (com titular e vice) que receberem mais votos. As eleições para senador também são majoritárias, mas, nesse caso, vence o mais votado. Em 2022, um terço dos 81 membros do Senado Federal foram eleitos, tendo os outros dois terços sido escolhidos em 2018.

Para as eleições de 2022, valeu o sistema da **federação partidária**, o qual permite que dois ou mais partidos políticos se unam não somente nas eleições, mas também durante a legislatura. A união dos partidos na federação partidária tem abrangência nacional e uma duração mínima de quatro anos. Todos os partidos da federação partidária terão que apoiar os mesmos candidatos majoritários em nível nacional, estadual e municipal. Haverá uma única chapa de candidaturas proporcionais, como se fosse uma coligação, para as eleições de deputados e vereadores.

A Emenda Constitucional 103 nº 97, de 4 de outubro de 2017 (também conhecida como mini reforma política), estabeleceu, dentre várias alterações, que os partidos precisam atingir um desempenho eleitoral mínimo para que tenham direito ao tempo de propaganda e acesso ao fundo partidário, que aumentará gradativamente até o ano de 2030. É a chamada "**cláusula de barreira**" ou "cláusula de desempenho".

Nas eleições de 2018, mais de 50% dos eleitores brasileiros estavam aptos a votar por meio da **identificação biométrica**. A expectativa era de aumentar esse percentual para as eleições de 2020, para que, em 2022, fosse obrigatória em todo o país. Todavia, devido à pandemia da covid-19, não houve identificação biométrica do eleitorado nas eleições de 2020 e, pelo mesmo motivo, os cartórios eleitorais de todo o país suspenderam o cadastramento de novas biometrias até que a situação de emergência sanitária se regularize.

Minirreforma Eleitoral

As principais mudanças implementadas pela Emenda Constitucional 111, de 2021, foram:

- **Fidelidade partidária:** deputados federais, estaduais e distritais e vereadores que saírem do partido pelo qual tenham sido eleitos não perderão o mandato se a legenda concordar com a saída;
- **Incentivos a candidaturas de negros e mulheres:** votos dados a mulheres e pessoas negras serão contados em dobro para efeito da distribuição dos recursos dos fundos partidário e eleitoral nas eleições de 2022 a 2030;



- **Incorporação:** em caso de incorporação de partidos, eventuais sanções aplicadas ao partido incorporado sejam transferidas para o partido incorporador nem aos seus novos dirigentes, exceto aos que já integravam o partido incorporado;
- **Nova data de posse:** a partir das eleições de 2026, a posse do presidente da República será em 5 de janeiro. Já os governadores serão empossados no dia 6 de janeiro;
- **Consultas populares:** a realização de consultas populares sobre questões locais deve ser feita junto com as eleições municipais, e terão que ser aprovadas pelas câmaras municipais e encaminhadas à Justiça Eleitoral até 90 dias antes da data das eleições. As manifestações dos candidatos sobre essas questões não poderão ser exibidas durante a propaganda gratuita no rádio e na televisão.

Veto: O Senado rejeitou a volta das coligações para as eleições proporcionais, as quais haviam sido aprovadas na Câmara dos Deputados e extintas na Reforma Eleitoral de 2017.

Balanço das Eleições

A eleição para presidente da república foi disputada em um segundo turno, entre Lula (PT) e Jair Bolsonaro (PL). Com 100% das urnas apuradas, Lula recebeu 50,9% dos votos e Bolsonaro, 49,1%.

Lula venceu em 13 Estados, e Bolsonaro também venceu em 13 estados mais o Distrito Federal. O Nordeste foi decisivo para a vitória de Lula, sendo a única das cinco grandes regiões nas quais o petista superou Bolsonaro.

Senado Federal - O Partido Liberal (PL) elegeu o maior número de Senadores e, com isso, terá a maior bancada no Senado Federal: 14 senadores. Em seguida, o **União Brasil**, com 11 senadores, será a segunda maior bancada. A terceira maior bancada será do **MDB** e **PSD**, ambos com 10 senadores. O **PT** ficará com a quinta maior bancada, com nove senadores.

Câmara dos Deputados - O PL também elegeu a maior bancada na Câmara dos Deputados. A legenda conseguiu 99 vagas para deputado, ficando à frente de **PT** (68), do **União Brasil** (59), do **PP** (47) e do **MDB** (42).

Na Câmara dos Deputados, o Brasil elegeu um número recorde de mulheres e negros. Também terá pela primeira vez na história duas mulheres trans como deputadas federais, além de serem eleitas, pela primeira vez, duas mulheres indígenas como deputadas federais no Brasil.

Governos Estaduais - Essas eleições bateram recorde de governadores reeleitos desde 2006: dos 20 candidatos, 18 confirmaram o segundo mandato. Apenas em dois estados, São Paulo e Santa Catarina, os eleitores escolheram em não dar continuidade ao governo atual.

Com quatro estados, PT e União Brasil são os partidos com mais governos estaduais sob comando. Outros três partidos elegeram três governadores cada um: MDB, PSB e PSDB. Quatro partidos elegeram dois governadores: PL, PP, PSD e Republicanos. Dois partidos elegeram apenas um representante cada: Novo e Solidariedade.



O BRASIL E A QUESTÃO MIGRATÓRIA

O número de estrangeiros que vivem no Brasil cresceu no século XXI. Contribui para isso as ações da diplomacia brasileira de acolher migrantes vítimas de catástrofes naturais ou que fogem de guerras. Contudo, o principal fator é a maior visibilidade brasileira ao redor do planeta. País emergente, uma das maiores economias do mundo, que sediou grandes eventos como a Copa do Mundo em 2014 e as Olimpíadas em 2016.

Os maiores contingentes de imigrantes são da Venezuela, do Haiti e da Bolívia. Além dos latino-americanos, desses e de outros países, aumentou também o número de asiáticos e africanos, principalmente de países como Síria, Senegal, Nigéria e Gana, em geral, fugindo de conflitos bélicos nos seus países.

Os **haitianos** vêm para o Brasil fugindo da situação econômica e social precária e da instabilidade política do país, que também é constantemente afetado por desastres naturais. Um dos principais fluxos de haitianos para o Brasil ocorreu a partir de 2010, logo após um grande terremoto devastar o país. Segundo dados da Polícia Federal, aproximadamente 93 mil haitianos entraram em território brasileiro entre 2010 e 2017.

Já o fluxo de **venezuelanos** que chegou ao Brasil foi mais intenso entre os anos de 2015 e 2019, quando o país passou pelo pior momento de sua crise política e socioeconômica, marcada por uma hiperinflação, grave escassez de medicamentos, suprimentos médicos e alimentos, além de uma repressão implacável do governo e taxas extremamente altas de crimes violentos.

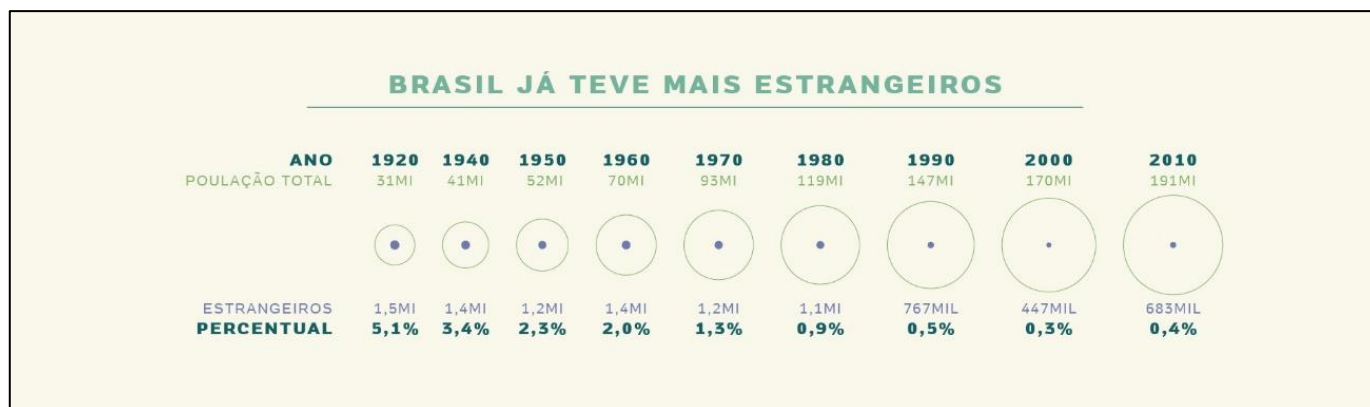
Os venezuelanos entram no Brasil principalmente por Pacaraima, em Roraima. A grande maioria dos que permanecem no Brasil acaba ficando nesse estado, o de menor população, especialmente na sua capital, Boa Vista. Os estados de Roraima e Amazonas enfrentaram surtos de sarampo no ano de 2018. De acordo com o Ministério da Saúde, o surto relacionou-se com a importação de casos, ou seja, de refugiados venezuelanos que entraram no Brasil com o vírus e o transmitiram para brasileiros.

A imigração **boliviana** para o Brasil possui um fluxo mais contínuo se comparado com a dos venezuelanos e haitianos. Não houve um desastre ou evento específico que tenha intensificado essa imigração. As condições socioeconômicas estão na base do fenômeno migratório boliviano. No imaginário da maioria dos bolivianos, o Brasil é um país de oportunidades, com uma população hospitaleira.

Apenas 0,4% de todos os habitantes do Brasil são estrangeiros. Essa é uma proporção bem pequena, principalmente quando comparada com a média mundial dos países em desenvolvimento, que é de 1,7%.

Na Argentina, por exemplo, quase 5% da população não nasceu no país. No Chile (2,7%) e no Paraguai (2,4%), a concentração também é maior. Há mais brasileiros vivendo no exterior do que nascidos no estrangeiro vivendo no país. De acordo com o Ministério das Relações Exteriores (MRE), mais de 3 milhões de brasileiros vivem fora do país - quatro vezes o número de estrangeiros aqui.





Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), em 1920, 1 em cada 20 pessoas (5%) no país era estrangeira - recorde da nossa história recente. Nessa época, consolidava-se no país a presença de comunidades alemãs e italianas.

O contingente estrangeiro no país foi caindo, ao mesmo tempo em que a população nativa crescia. No Censo 2000, registraram-se 431 mil imigrantes para uma população de 190 milhões de habitantes. A trajetória dessa curva se alterou a partir de 2010, com a chegada de bolivianos, haitianos e, mais recentemente, sírios e venezuelanos - ainda assim, o país se mantém muito abaixo das proporções migratórias vistas ao resto do mundo.

Para Camila Asano, coordenadora da ONG Conectas, o Brasil tem dimensões continentais e condições de receber os migrantes. Se os brasileiros têm dificuldade de acessar serviços básicos, isso é anterior à chegada dessas pessoas. Devem-se aprimorar serviços, para que o atendimento a ninguém, migrante ou brasileiro, seja prejudicado por gestão ineficiente. Isso, de maneira alguma, deve servir de justificativa para criticar a chegada de migrantes.

Lei da migração no Brasil

Aprovada em 2017, a Lei nº 13.445/2017, que ficou conhecida como Nova Lei da Migração, substituiu o Estatuto do Estrangeiro de 1980. A antiga lei adotava uma postura de segurança nacional e de criminalização do estrangeiro.

Principais pontos da lei:

- Paradigma central = proteção de direitos humanos na temática das migrações, como decorrência da proteção constitucional da dignidade da pessoa humana;
- Ao migrante é garantida, assim como aos nacionais, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, assegurando-lhe também os direitos e liberdades civis, sociais, culturais e econômicos;
- Regularização migratória passa a ser a regra;
- Facilita a obtenção de documentos para legalizar a permanência do imigrante no Brasil, bem como o acesso ao mercado de trabalho regular e serviços públicos;
- Os imigrantes não podem mais ser presos por estarem de modo irregular no país;
- Permite aos imigrantes que se manifestem politicamente, associando-se a reuniões políticas e sindicatos;



- Diferente do Estatuto do Estrangeiro, a lei também trata dos brasileiros que vivem no exterior; e
- Repudia expressamente a discriminação e a xenofobia.

Conclusão

Somos um país de 211 milhões de habitantes, com pouquíssimos imigrantes. O Brasil atravessa um difícil momento econômico, político e social. O desemprego atinge milhões de brasileiros. A causa dos nossos graves problemas não está nos imigrantes, tampouco, em alguns milhares de venezuelanos que migraram para o nosso país. É um número ínfimo, muito pequeno, diante do tamanho da nossa população.

Se houvesse vontade política e uma adequada governança do nosso país, a vida do brasileiro estaria bem melhor, bem como a capacidade do país de acolher estrangeiros, especialmente dos que aqui buscam refúgio, como os venezuelanos, sírios e haitianos.



O Brasil e a questão migratória

O número de estrangeiros que vivem no Brasil cresceu no século XXI. Os maiores contingentes de imigrantes são da Venezuela, do Haiti e da Bolívia. Além dos latino-americanos, desses e de outros países, aumentou também o número de asiáticos e africanos, principalmente de países como Síria, Senegal, Nigéria e Gana, em geral, fugindo de conflitos bélicos nos seus países.

Apenas 0,4% de todos os habitantes do Brasil são estrangeiros. Essa é uma proporção bem pequena, principalmente quando comparada com a média mundial dos países em desenvolvimento, que é de 1,7%.

Lei da migração no Brasil: a Lei nº 13.445/2017 substituiu o Estatuto do Estrangeiro de 1980. A antiga lei adotava uma postura de segurança nacional e de criminalização do estrangeiro.

- Paradigma central = proteção de direitos humanos na temática das migrações, como decorrência da proteção constitucional da dignidade da pessoa humana;



IDH

O **Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)** surgiu em 1990, no Primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) da ONU. O índice varia em uma escala de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, mais elevado é o IDH. No ranking, os países são divididos em quatro categorias: nações com índice de desenvolvimento "muito alto" (igual ou acima de 0,800), "alto" (de 0,700 a 0,799), "médio" (de 0,555 a 0,699) e "baixo" (abaixo de 0,555).

O IDH leva em conta três indicadores:

Educação (acesso ao conhecimento) – Duas taxas são usadas para medir a qualidade da educação de um país. O primeiro é a média de anos de educação de adultos (pessoas com mais de 25 anos de idade). O segundo é a **expectativa de anos de estudo para crianças, no início da vida escolar**.

Saúde (vida longa e saudável) – A **expectativa de vida ao nascer** é utilizada para medir a longevidade da população de um país. Esse número leva em conta todas as mortes precoces que ocorrem no país para chegar a uma expectativa de quantos anos viverá um recém-nascido. Ou seja, tem relação com fatores como as condições de saúde, a taxa de mortalidade infantil e a violência nacionais.

Renda (padrão de vida) – O terceiro componente do IDH é determinado pela renda per capita nacional. Para chegar à renda per capita, você deve dividir toda a renda nacional pelo número de habitantes de um país. Para evitar distorções na análise, a renda per capita é medida em **dólar**, considerando ainda a **paridade do poder de compra** (um método que revela quanto a moeda local é capaz de comprar no âmbito internacional, desconsiderando o custo de vida local).

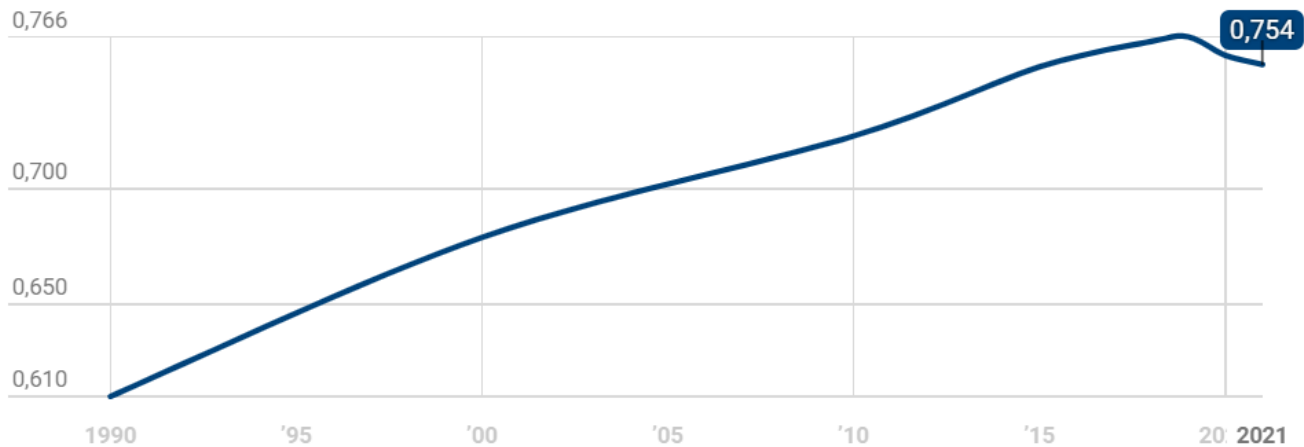
O último relatório do IDH dos países é de 2022, com informações do ano de 2021. Nessa lista, o **Brasil** está em **87º lugar**, com índice de **0,754**. Está classificado como um país de **IDH alto**. Contudo, o Brasil tem registrado queda no ranking global ao longo dos anos recentes, e, nessa última medição, o valor do IDH também recuou:

- Em 2021, o Brasil ocupa a posição 87ª, com índice de 0,754.
- Em 2020, o Brasil estava na 84ª, com 0,758.
- E, em 2019, estava na 79ª, com 0,766.



IDH do Brasil de 1990 a 2021

país registra queda nos 2 últimos anos



fonte: PNUD



A queda nas posições, mesmo com o aumento do índice, mostra que o Brasil tem obtido progresso, porém, de forma mais lenta que outros países. Contudo, a queda geral do índice nesse último biênio mostra um retrocesso do IDH.






Apesar disso, o número não pode ser avaliado de forma isolada, pois **o IDH global também registrou queda nesse período: passou de 0,739 para 0,732 entre 2019 e 2021**. Segundo a ONU, o IDH registrou queda por causa dos reveses causados pela pandemia de covid-19 e das mudanças climáticas. A guerra na Ucrânia já produz efeitos que podem piorar este cenário. A reversão do IDH é quase universal, pois mais de 90% dos países registraram declínio na pontuação em 2020 ou 2021, e mais de 40% caíram nos dois anos, sinalizando que a crise ainda está se aprofundando em muitos deles, segundo o PNUD. Porém, a queda não foi generalizada e alguns países como China, Austrália, Coreia do Sul e Japão apresentaram ganhos nesse período.

Veja nas imagens abaixo o panorama geral do índice no mundo:



O ranking do IDH

Os 10 primeiros

1		Suíça	0,962	
2		Noruega	0,961	
3		Islândia	0,959	
4		Hong Kong	0,952	
5		Austrália	0,951	
6		Dinamarca	0,948	
7		Suécia	0,947	
8		Irlanda	0,945	
9		Alemanha	0,942	
10		Holanda	0,941	

Índice muito elevado

19. Japão	→	0,925	
21. Estados Unidos	→	0,921	
27. Espanha	→	0,905	
28. França	→	0,903	
30. Itália	→	0,895	
38. Portugal	→	0,866	
42. Chile	→	0,855	
47. Argentina	→	0,842	
58. Uruguai	→	0,809	

Índice elevado


79. China	→	0,768	
87. Brasil	→	0,754	
109. África do Sul	→	0,713	

Índice médio

120. Venezuela	→	0,691	
132. Índia	→	0,633	

Fonte: Pnud

Índice baixo (os últimos do ranking)

189. Níger	→	0,400	
190. Chade	→	0,394	
191. Sudão do Sul	→	0,385	

Os números do IDH — Foto: Arte/O Globo

De um modo geral, Europa e América do Norte predominam entre os países de desenvolvimento muito alto; países latino-americanos e do leste europeu aparecem na categoria de desenvolvimento alto; países do norte africano e do sudeste asiático predominam entre os de desenvolvimento médio; e boa parte dos países africanos figura entre os países de desenvolvimento baixo.

Na América do Sul, o país mais bem colocado é o Chile, com 0,855 de IDH em 42º lugar. A seguir vêm Argentina, em 47º (0,842); Uruguai, em 58º (0,809); Peru, em 84º (0,762); Brasil, em 87º (0,754); e Colômbia, em 88º (0,752).





IDH

O Índice de Desenvolvimento Humano - IDH surgiu em 1990, no Primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano do PNUD/ONU. O índice varia em uma escala de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, mais elevado é o IDH.

No ranking, os países são divididos em quatro categorias: nações com índice de desenvolvimento "muito alto" (igual ou acima de 0,800), "alto" (de 0,700 a 0,799), "médio" (de 0,555 a 0,699) e "baixo" (abaixo de 0,555).

O IDH leva em conta três indicadores:

- Educação – acesso ao conhecimento.
- Saúde – vida longa e saudável.
- Renda – padrão de vida.

O último relatório do IDH dos países é de 2022, com informações do ano de 2021. Nessa lista, o **Brasil** está em **87º lugar**, com índice de **0,754**. Está classificado como um país de **IDH alto**. Contudo, o Brasil tem registrado queda no ranking global ao longo dos anos recentes, e, nessa última medição, o valor do IDH também recuou.

No período de 2019 a 2021, **o IDH global também registrou queda: passou de 0,739 para 0,732**. Segundo o PNUD, o IDH registrou queda por causa dos reveses causados pela pandemia de covid-19 e das mudanças climáticas. A guerra na Ucrânia já produz efeitos que podem piorar este cenário. A reversão do IDH é quase universal, pois mais de 90% dos países registraram declínio na pontuação em 2020 ou 2021, e mais de 40% caíram nos dois anos.



CENSO DEMOGRÁFICO

O **Censo Demográfico** constitui a principal fonte de referência para o conhecimento das condições de vida da população em todos os municípios do País. Por meio dele é feita a contagem dos habitantes brasileiros com o intuito de refletir a realidade brasileira. O Censo é considerado um "retrato de corpo inteiro do país".

As informações obtidas pelo censo permitem identificar como a população vive e os seus níveis de desenvolvimento socioeconômico, fundamentais para o desenvolvimento e implementação de políticas públicas e para a realização de investimentos, tanto do governo quanto da iniciativa privada.

Segundo o IBGE, seus dados serão utilizados em programas e projetos que vão contribuir para:

1. Acompanhar o crescimento, a distribuição geográfica e a evolução das características da população ao longo do tempo;
2. Identificar áreas de investimentos prioritários em saúde, educação, habitação, transportes, energia, programas de assistência a crianças, jovens e idosos;
3. Selecionar locais que necessitam de programas de estímulo ao crescimento econômico e desenvolvimento social;
4. Fornecer referências para as projeções populacionais com base nas quais é definida a representação política no país, indicando o número de deputados federais, deputados estaduais e vereadores de cada estado e município; e
5. Fornecer subsídios ao Tribunal de Contas da União para o estabelecimento das cotas do Fundo de Participação dos Estados e do Fundo de Participação dos Municípios.

A pesquisa censitária é realizada por meio de dois questionários: o básico e o da amostra. O questionário básico será aplicado em cerca de 71 milhões de domicílios brasileiros e contará com 26 questões. Já questionário da amostra que é mais detalhado será aplicado em cerca de 10% dos domicílios e contará com 77 questões.

O questionário básico conta com os seguintes temas: identificação do domicílio, informações sobre moradores, características do domicílio, identificação étnico-racial, registro civil, educação; trabalho e rendimento e mortalidade.

O questionário da amostra conta com os seguintes temas: identificação do domicílio, informações sobre moradores, características do domicílio, identificação étnico-racial, registro civil, nupcialidade, núcleo familiar, registro civil, nupcialidade, núcleo familiar, fecundidade, religião ou culto, pessoas com deficiência, migração interna e internacional, educação, deslocamento para estudo, trabalho e rendimento, deslocamento para trabalho, mortalidade e autismo.

No Brasil, o Censo Demográfico é realizado a cada 10 anos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Em 1872 foi realizado o primeiro Censo Geral, na época do Império. No ano de 1940 tivemos o primeiro feito pelo IBGE. Sendo que nos anos de 1880, 1910 e 1930 não houve operação censitária.



O 13º Censo Demográfico deveria ter sido realizado em 2020, mas foi adiado para 2021, em função da crise sanitária decorrente da pandemia de Covid-19. Os recursos orçamentários alocados para a operação censitária foram transferidos para o Ministério da Saúde, para o combate à pandemia, com o compromisso de constarem recursos orçamentários no Orçamento Geral da União (OGU) para a realização do Censo em 2021. Contudo, o Governo Federal alegou não ter recursos orçamentários para a sua realização e o Censo foi novamente adiado, para 2022.

O estado do Maranhão entrou com uma ação no Supremo Tribunal (STF) para que fosse determinado ao Governo Federal à realização do Censo em 2021. Na ação, o governo estadual argumentou que a falta do estudo sobre o perfil da população tem consequências na repartição de receitas tributárias, além de prejuízos para as estatísticas do país. Também afirmou que não realizar o Censo fere a Constituição, que obrigaria o estado brasileiro a realizar a coleta dos dados.

Em decisão monocrática, o ministro Marco Aurélio Mello fixou entendimento de que o Governo Federal tem a obrigação de realizar o Censo e que a operação censitária fosse realizada ainda no ano de 2021. O plenário virtual do STF concordou que o Governo Federal tem a obrigação de realizar o Censo, mas determinou que fosse realizado no ano de 2022, pois isso evitaria dificuldades que os recenseadores poderiam ter em 2021, em função da pandemia de Covid-19.

A coleta do Censo Demográfico 2022 será realizada em todo o Brasil **a partir do dia 1º. de agosto de 2022.**



Censo Demográfico

O **Censo Demográfico** constitui a principal fonte de referência para o conhecimento das condições de vida da população em todos os municípios do País. Por meio dele é feita a contagem dos habitantes brasileiros com o intuito de refletir a realidade brasileira.

As informações obtidas pelo censo permitem identificar como a população vive e os seus níveis de desenvolvimento socioeconômico, fundamentais para o desenvolvimento e implementação de políticas públicas e para a realização de investimentos, tanto do governo quanto da iniciativa privada.

No Brasil, o Censo Demográfico é realizado a cada 10 anos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, o qual percorre todo o território nacional, domicílio por domicílio, coletando os dados sobre a população.

O 13º Censo Demográfico deveria ter sido realizado em 2020, mas foi adiado para 2021, em função da crise sanitária decorrente da pandemia de Covid-19. Contudo, o Governo Federal alegou não ter recursos orçamentários para a sua realização e o Censo foi novamente adiado, para 2022.

A pesquisa censitária é realizada por meio de dois questionários: o básico e o da amostra. O questionário básico será aplicado em cerca de 71 milhões de domicílios brasileiros e contará com 26



questões. Já questionário da amostra que é mais detalhado será aplicado em cerca de 10% dos domicílios e contará com 77 questões.



NOVO ENSINO MÉDIO

A Lei nº 13.415/2017, conhecida como Lei da Reforma do Ensino Médio, implementou uma série de mudanças no Ensino Médio, e estabeleceu o ano de 2022 como prazo para serem implementados em todo o país. A norma aumenta a carga horária obrigatória do ensino médio e flexibiliza o currículo, permitindo que estudantes escolham parte do que vão estudar.

Conforme a lei, o currículo do ensino médio deve ser 60% preenchido pela Base Nacional Comum Curricular e os 40% restantes serão destinados aos chamados itinerários formativos, em que o estudante poderá escolher entre cinco áreas de estudo.

A grade curricular das escolas públicas e privadas de ensino médio não terão mais o formato utilizado até então em que as disciplinas eram individuais, graças à Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Agora, os conteúdos serão divididos em áreas do conhecimento de maneira similar à que acontece no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Serão elas:

- Linguagens e suas tecnologias;
- Matemática e suas tecnologias;
- Ciências da natureza e suas tecnologias
- Ciências humanas e sociais aplicadas; e
- Formação técnica e profissional.

Os alunos poderão escolher a área na qual vão se aprofundar logo no início do ensino médio. As escolas não são obrigadas a oferecer aos alunos todas as cinco áreas, mas deverão oferecer ao menos **um dos itinerários formativos**.

Estas divisões vão abranger Língua Portuguesa, Arte, Educação Física, Língua Inglesa, Matemática, Biologia, Física, Química, Filosofia, Geografia, História e Sociologia. Ou seja, nenhuma disciplina será excluída do currículo atual, elas somente serão trabalhadas de maneira diferente do que era feito até então.

No entanto, das disciplinas atuais, somente **português e matemática** serão obrigatórios nos três anos do ensino médio.

O objetivo da nova organização curricular é integrar as disciplinas, fortalecendo as relações entre elas e melhorando seu entendimento e aplicação na vida real.

Além disso, a carga horária anual deverá aumentar. Até 2024, o novo ensino médio passará de 800 para de 1.000 horas anuais, atingindo 3.000 horas ao final dos três anos. Para atingir o total de horas, cada ano letivo deve ter 200 dias, com, em média, cinco horas por dia. No modelo antigo, são 4 horas diárias.





Novo Ensino Médio

A Lei nº 13.415/2017, conhecida como Lei da Reforma do Ensino Médio, implementou uma série de mudanças no Ensino Médio, e estabeleceu o ano de 2022 como prazo para serem implementados em todo o país.

Conforme a lei, o currículo do ensino médio deve ser 60% preenchido pela Base Nacional Comum Curricular e os 40% restantes serão destinados aos chamados **itinerários formativos**, em que o estudante poderá escolher entre cinco áreas de estudo. Serão elas:

- Linguagens e suas tecnologias;
- Matemática e suas tecnologias;
- Ciências da natureza e suas tecnologias
- Ciências humanas e sociais aplicadas; e
- Formação técnica e profissional.

O ensino de **português** e de **matemática** será obrigatório nos três anos do ensino médio.

Além disso, a carga horária anual deverá aumentar. Até 2024, o novo ensino médio passará de 800 para de 1.000 horas anuais, atingindo 3.000 horas ao final dos três anos.



CHUVAS EXTREMAS, ENCHENTES E DESLIZAMENTOS DE ENCOSTAS NO BRASIL

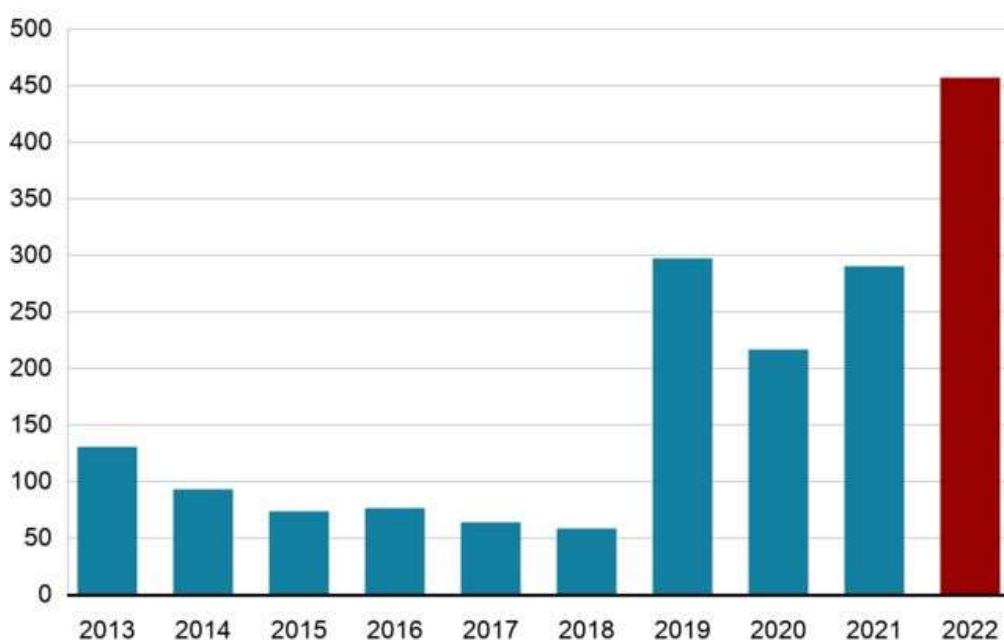
Ao longo dos anos recentes, uma série de tragédias relacionadas à ocorrência de chuvas em níveis extremos tem ocorrido no Brasil, gerando um elevado número de mortes, de feridos e de danos materiais.

Em fevereiro de 2023, um forte temporal castigou a região do litoral Norte do estado de São Paulo, em especial a **Vila Sahy**, um núcleo habitacional localizado no município de São Sebastião. A Vila Sahy está situada em uma região de encostas, assim, as chuvas ocasionaram deslizamentos de terras, destruindo as edificações e soterrando os habitantes. Foram registradas, ao menos, 60 mortes e centenas de feridos, de desalojados e de desabrigados.

Em 2022, uma tragédia semelhante ocorreu na cidade de **Petrópolis (RJ)**, quando mais de 200 pessoas morreram. Nesse mesmo ano, estados do Nordeste foram castigados com chuvas extremas e elevados números de mortes, sobretudo na cidade de **Recife (PE)**. Nos anos de 2019 a 2021, o número de mortes devido às chuvas extremas também foi elevado no país. Em 2020, a região mais atingida foi a cidade de Belo Horizonte, onde 60 pessoas foram mortas e viralizou a cena de uma grande cratera se abrindo em meio a uma rodovia do município.

O que se verifica é que, desde 2019, o número de mortes pela chuva está crescendo em relação aos anos anteriores. O gráfico a seguir, elaborado pela BBC em junho 2022, elucida esses dados:

Mortes por excesso de chuva no Brasil



Fonte: Confederação Nacional dos Municípios / Defesas Civis

BBC



Essas catástrofes têm sido recorrentes no Brasil e todas apresentam elementos em comum. Vejamos a seguir as suas causas:

- **Chuvas extremas:** é normal que, durante os primeiros meses do ano, a chuva seja mais frequente, afinal, é verão. Essa é estação mais quente do ano e, com o aumento de temperatura, a evaporação ocorre em grande quantidade, transformando-se em chuva. Apesar disso, as precipitações registradas ao longo dos anos recentes têm sido em um número muito superior à média verificada ao longo das últimas décadas.

Em São Sebastião (SP), no fim de semana em que ocorreu a tragédia o volume de chuva foi de 640 mm em 24 horas — três vezes maior do que o evento mais extremo documentado na cidade até então, em 2014, quando choveu 179 mm em 10 horas. Em Petrópolis (RJ), no ano de 2022, também havia sido a pior chuva registrada desde 1932.

O volume de chuvas muito acima da média indica que esses eventos foram anormais, extremos. O aumento da frequência e da intensidade dos fenômenos climáticos extremos tem sido observado em outras partes do mundo, logo, não se trata mais de uma exceção. Para designar esse novo modelo de comportamento do clima, os climatologistas utilizam o termo de “**novo normal climático**”, o qual a humanidade já está vivenciando. O novo normal climático, cuja ocorrência de eventos extremos já não é tão rara quanto no passado, caracteriza-se por vários tipos de condições climáticas adversas, além das chuvas intensas, como as secas prolongadas, as temperaturas extremas, maior ocorrência e intensidade de rajadas de ventos, de ciclones, de furacões e de tufões.

Para a grande maioria dos cientistas do clima, o novo normal climático é uma das consequências do processo de mudanças climáticas, causadas pelas ações do ser humano no meio ambiente, sobretudo com a emissão de gases do efeito estufa na atmosfera.

- **Deslizamentos de encostas:** nos deslizamentos do litoral Norte do estado de São Paulo e em outros casos ocorridos no Brasil, a tragédia para as pessoas nas áreas afetadas teve maior dimensão devido a antigos problemas da urbanização brasileira.

Os deslizamentos de terra são fenômenos naturais e comuns na natureza, especialmente em áreas de encosta e de relevo acidentado. São geralmente ocasionados em épocas de chuvas, quando o solo, saturado de água, não consegue suportar e se rompe, movendo-se encosta abaixo.

No Brasil, muitas pessoas, geralmente de baixa renda, ocupam essas áreas por serem uma das únicas alternativas de locais possíveis para residirem, devido ao seu baixo custo. Ao ocuparem as encostas, também se retira a vegetação, que ajuda a absorver parte da água do solo e lhe dar consistência. Sem a vegetação, o solo perde a resistência, tornando-se ainda mais suscetível aos deslizamentos. Foi o que ocorreu na Vila Sahy, local de ocupação irregular, por estar em área de proteção ambiental, suscetível a deslizamentos.

No contexto urbano brasileiro, chamamos isso de **segregação socioespacial**, termo que as bancas gostam muito de utilizar em questões sobre a realidade brasileira. A segregação socioespacial é o processo no qual camadas da população — mormente os grupos sociais de baixa renda — são levadas a morar em lugares distantes, periféricos, desprovidos de equipamentos públicos, com baixa infraestrutura e em locais de risco, como nas encostas.



Na Vila Sahy, é possível constatar muito bem essa realidade urbana, uma vez que próximo dali está a Barra do Sahy, uma praia frequentada por pessoas de alta renda que buscam refúgio no litoral Norte de São Paulo. A Vila Sahy e a Barra do Sahy são separadas pela Rodovia Rio-Santos.

Do lado da Barra, onde fica a praia, são oferecidas suítes de luxo, casas em condomínios com piscina e quadra de tênis que chegam a ser valoradas em milhões de reais. Do lado oposto, separada pela rodovia, está a Vila Sahy, um núcleo habitacional que surgiu na década de 1990 a partir de ocupações feitas por famílias pobres que buscavam emprego na Barra.

O ideal seria não ocupar essas áreas de risco, contudo, existem uma série de ações que o poder público poderia tomar para reduzir o impacto das chuvas extremas e dos deslizamentos de terra, tais como:

- Reassentar ao máximo as ocupações existentes nessas áreas. Devido à realidade do Brasil, muitas vezes isso não é possível, assim, busca-se a regularização fundiária com a normatização dessas ocupações e a implantação da urbanização possível e do que for possível preservar.;
- A realização frequente de estudos que avaliem a suscetibilidade a deslizamentos das encostas ocupadas, a preservação da vegetação, a concretização de obras que permitam uma drenagem adequada e o despejo correto do lixo, de modo a não bloquear as saídas de água e aumentar o peso sobre o solo.

No caso da Vila Sahy, há anos o Ministério Público de São Paulo (MP-SP) pressiona a prefeitura de São Sebastião para realizar a regularização fundiária do local. Desde 2016, a prefeitura proibiu, por força de lei, a expansão da área. Estabeleceu-se, para tanto, um perímetro: dentro dele, ninguém poderia ampliar as casas já existentes. Fora, ninguém poderia construir. Na prática, porém, a expansão da área continuou.

Mais recentemente, em 2021, o MP-SP moveu uma ação específica contra a Prefeitura de São Sebastião para obrigá-la a impedir novas ocupações e a oferecer moradias dignas e seguras para quem já morava na região de alto risco. Contudo, pouco foi feito nesse sentido, de tal forma que, de acordo com a opinião de alguns agentes públicos, o que aconteceu na Vila Sahy foi uma tragédia anunciada.

No infográfico a seguir, podemos ver a região do litoral Norte onde ocorreram os desastres ambientais e a topografia do local. Observem que a Vila Sahy está encravada na encosta dos morros da Serra do Mar, em área de alto risco. Do outro lado da Rodovia Rio-Santos, estão as casas da praia do Sahy, em um espaço com menos riscos de tragédias ambientais.



Áreas mais afetadas pela chuva



Topografia da região



Ilustração fora de escala e medidas aproximadas
Infográfico Luciano Veronezi

Fonte: encurtador.com.br/BOQU6



Chuvas extremas, enchentes e deslizamentos de encostas no Brasil

Nos últimos anos, uma série de tragédias relacionadas à ocorrência de chuvas em níveis extremos tem ocorrido no Brasil, gerando elevado número de mortes, de feridos e de danos materiais.

Em fevereiro de 2023, um forte temporal atingiu o litoral Norte do estado de São Paulo, especialmente a **Vila Sahy**, que está localizada em uma região de encostas e sofreu deslizamentos de terra, destruindo edificações e soterrando habitantes. Foram registradas pelo menos 60 mortes e centenas de feridos, desalojados e desabrigados.

Em 2022, tragédia semelhante ocorreu na cidade de Petrópolis (RJ), quando mais de 200 pessoas morreram. Nesse mesmo ano, estados do Nordeste foram castigados com chuvas extremas e elevados números de mortes, sobretudo na cidade de Recife (PE). Nos anos de 2019 a 2022, o número de mortes relacionado a chuvas extremas também foi elevado no país.

Essas catástrofes recorrentes no Brasil têm em comum dois elementos: **o aumento do volume de chuva em níveis extremos e os deslizamentos de encostas**.

O volume de chuvas muito superior à média registrada ao longo das últimas décadas indica que esses eventos foram anormais e extremos. O aumento da frequência e da intensidade dos fenômenos climáticos extremos tem ocorrido também em outras partes do mundo, não podendo mais ser considerado uma exceção.

Para muitos cientistas, isso é uma das consequências do processo de mudanças climáticas, causadas pelas ações humanas no meio ambiente. Para designar esse novo modelo de comportamento do clima, os climatologistas utilizam o termo de **“novo normal climático”**, o qual a humanidade já está vivenciando.

Os deslizamentos de terra, por sua vez, são fenômenos naturais e comuns na natureza, especialmente em áreas de encosta e de relevo acidentado. Contudo, a ocupação dessas áreas agrava a situação, já que retira a vegetação e torna o solo mais suscetível a deslizamentos. No Brasil, muitas pessoas, geralmente de baixa renda, povoam essas áreas por serem uma das únicas alternativas possíveis para residência devido ao baixo custo.

O ideal seria não ocupar espaços de risco, porém, existem uma série de ações que o poder público poderia tomar para reduzir o impacto das chuvas extremas e dos deslizamentos de terra, por exemplo:

- Reassentar ao máximo as ocupações existentes nessas áreas. Devido à realidade do Brasil, muitas vezes isso não é possível, assim, busca-se a regularização fundiária com a normatização dessas ocupações e a implantação da urbanização possível e do que for possível preservar.
- A realização frequente de estudos que avaliem a suscetibilidade a deslizamentos das encostas ocupadas, a preservação da vegetação, a concretização de obras que permitam uma drenagem adequada e o despejo correto do lixo para que não bloqueiem as saídas de água e aumentem o peso sobre o solo.



QUESTÕES COMENTADAS – ORGANIZAÇÃO POLÍTICA E TERRITORIAL DO BRASIL – MULTIBANCAS

1. (QUADRIX/CREMEGO/2022) O Supremo Tribunal Federal (STF) é a mais alta Corte do Poder Judiciário brasileiro.

COMENTÁRIOS:

Também conhecido como Suprema Corte, o Supremo Tribunal Federal é a mais alta instância do Poder Judiciário brasileiro; está no topo da hierarquia entre os tribunais. Desse modo, sendo um tribunal nacional, a sua jurisdição abrange todo o território brasileiro.

Gabarito: Certo

2. (CEBRASPE/PGE-PE/2019 – ANALISTA JUDICIÁRIO) Na qualidade de esteio maior da lei, a justiça protagonizada pela formalidade do Poder Judiciário deve atender aos interesses dos demais poderes da República.

COMENTÁRIOS:

O artigo 2º da Constituição de 1988 prescreve: “São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário”. O Poder Executivo exerce a função administrativa, o Poder Legislativo, a função legislativa e fiscalizatória, e o Poder Judiciário, a função judicial.

Cada um desses órgãos exerce sua função de maneira predominante, mas não exclusiva. Além do mais, a Constituição prevê uma série de atribuições a cada Poder, de maneira que cada um deles efetue um “controle” sobre as atividades dos outros, “limitando-as”. Esse é um controle recíproco.

O Poder Judiciário julga conflitos com base na lei. As suas decisões até podem atender aos interesses dos demais poderes, em função de decisões proferidas com base na lei. Porém, não é um Poder subordinado aos interesses dos demais poderes. É um poder independente.

Gabarito: Errado



QUESTÕES COMENTADAS – ELEIÇÕES DE 2022 NO BRASIL – MULTIBANCAS

1. (FGV/TRT-PB/2022) Nas eleições deste ano, elegemos nosso futuro Presidente, nossos futuros Governadores de estado, senadores, deputados federais e deputados estaduais. Desses, são representantes do Poder Legislativo

- (A) os governadores e os senadores.
- (B) o Presidente e os senadores.
- (C) os governadores, os deputados e os senadores.
- (D) os senadores, apenas.
- (E) os deputados federais, os deputados estaduais e os senadores.

COMENTÁRIOS:

Os representantes do Poder Legislativo no Brasil são os deputados federais, os deputados estaduais e os senadores.

O presidente e os governadores, que também foram eleitos em 2022, são representantes do Poder Executivo.

Gabarito: E

2. (QUADRIX/PREFEITURA DE BARREIRAS-BA/2022) A respeito do sistema eleitoral brasileiro e dos vários aspectos relacionados a esse assunto, assinale a alternativa correta.

- (A) Nas eleições que ocorrerão no Brasil em 2022, estarão em disputa cargos para as três esferas de poder: a eleição de presidente e governadores dar-se-á na esfera do Poder Executivo; a eleição de deputados ocorrerá no âmbito do Poder Legislativo; e a eleição de senadores configurará uma disputa para o Poder Judiciário.
- (B) O sistema adotado no Brasil na eleição para o Poder Legislativo é o distrital misto, o que significa que os candidatos mais votados não serão, necessariamente, os eleitos.
- (C) No Brasil, o mandato de senador é de oito anos, com direito à reeleição, podendo concorrer a esse cargo somente os brasileiros com mais de 35 anos de idade.
- (D) O sistema brasileiro é semelhante ao estadunidense: em ambos os sistemas, o mandato de presidente é de quatro anos, e o mandatário pode ser reeleito apenas uma vez, não podendo voltar a concorrer ao cargo em uma eleição futura.

COMENTÁRIOS:



a) Incorreta. Nas eleições de 2022, estiveram em disputa os cargos para duas esferas de poder. A eleição de presidente e governadores se deu na esfera do Poder Executivo. Já a eleição de deputados e senadores ocorreu no âmbito do Poder Legislativo. Os membros do Poder Judiciário não são escolhidos por meio de eleições, mas, em geral, são selecionados por concurso público.

b) Incorreta. O sistema adotado no Brasil na eleição para o Poder Legislativo (deputados e senadores) é chamado de sistema proporcional, em que o total de votos recebidos pelo partido define a quantidade de vagas que essa organização política recebe, e o preenchimento das vagas é definido pela ordem decrescente do número de votos de cada um dos candidatos do partido.

c) Correta. No Brasil, o mandato de senador é de oito anos, com direito à reeleição, podendo concorrer a esse cargo somente os brasileiros com mais de 35 anos de idade.

d) Incorreta. O sistema eleitoral brasileiro é bastante diferente do estadunidense. No Brasil, o presidente se elege com a maioria dos votos populares; nos Estados Unidos, o presidente se elege com a maioria dos votos do colégio eleitoral, que é formado pelos delegados eleitos pelos estados.

Todavia, em ambos os sistemas, o mandato de presidente é de quatro anos e o mandatário pode ser reeleito apenas uma vez. Se reeleito, não poderá concorrer na eleição seguinte, mas poderá voltar a concorrer ao cargo em uma eleição futura.

Gabarito: C

(QUADRIX/CREMEGO/2022) A respeito das eleições que ocorrerão no Brasil em outubro deste ano e de assuntos correlatos, julgue os itens.

3. Os cargos que serão disputados nas eleições deste ano são os seguintes: cargo de presidente da República; cargos de governador; cargos de senador; cargos de deputados federais; e cargos de deputados estaduais (ou distritais, no caso do Distrito Federal).

COMENTÁRIOS:

Nas eleições de 2022 no Brasil, serão disputados os cargos de Presidente da República e Vice-Presidente da República, de Governador e Vice-Governador, de Senador, de Deputado Federal e Deputado Estadual ou Distrital, no caso do Distrito Federal.

Gabarito: Certo

4. Nas próximas eleições, menos da metade do eleitorado brasileiro deverá exercer o seu direito ao voto com identificação biométrica.

COMENTÁRIOS:

A justiça eleitoral tem gradualmente implantado a identificação e a verificação biométrica da impressão digital para votar. Quando se iniciou o processo, a estimativa era de que, nas eleições de 2022, 100% do eleitorado brasileiro estivesse com o cadastro biométrico e ela fosse obrigatória em todo o país. Contudo, devido à pandemia de covid-19, o processo de cadastramento dos eleitores no sistema biométrico ficou suspenso.



Uma estimativa divulgada pelo TSE no mês de agosto informou que 118.151.816 (75,52%) dos eleitores estão com as digitais cadastradas para as eleições gerais de 2022, o que representa mais da metade do eleitorado brasileiro.

Gabarito: Errado

5. O atual presidente da República concorrerá pelo mesmo partido pelo qual se elegeu no pleito de 2018.

COMENTÁRIOS:

O atual Presidente da República, Jair Bolsonaro, foi eleito pelo Partido Social Liberal (PSL). Em 2022, está concorrendo pelo Partido Liberal (PL).

Gabarito: Errado

(QUADRIX/CREMEGO/2022) Em 2022, o Brasil comemora uma importante data cívica. Além disso, serão realizadas eleições para o Poder Executivo e para o Poder Legislativo. Relativamente a esse quadro, julgue os itens.

6. Quem coordena as eleições brasileiras, em âmbito nacional, é o Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

COMENTÁRIOS:

Quem coordena as eleições brasileiras, em âmbito nacional, é o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), sendo a instância jurídica máxima da Justiça Eleitoral brasileira, com jurisdição nacional. As demais instâncias são representadas nos momentos de eleição pelos Tribunais Regionais Eleitorais, juízes eleitorais e juntas eleitorais espalhados pelo Brasil.

Gabarito: Certo

7. Diferentemente do que ocorria no Regime Militar, a eleição do presidente da República, dos governadores e dos prefeitos se faz, atualmente, pelo voto indireto.

COMENTÁRIOS:

O voto indireto é aquele em que os candidatos políticos são eleitos por meio de um colegiado eleitoral, sem a participação direta do povo na escolha dos seus representantes. Foi o sistema eleitoral utilizado durante o período do Regime Militar para a eleições do presidente da república e dos governadores. Os prefeitos eram indicados. Em 1972, foram restauradas as eleições diretas para prefeito, exceto para as capitais e municípios considerados áreas de segurança nacional.

Atualmente, a eleição do presidente da República, dos governadores e dos prefeitos se faz pelo **voto direto**. O voto direto é dado pelo eleitor sem intermediação de nenhum agente, escolhendo o candidato que quiser, votar em branco ou anular seu voto.

Gabarito: Errado



8. Cada estado brasileiro e o Distrito Federal elegem um único senador para exercer o mandato por quatro anos.

COMENTÁRIOS:

No total, o Brasil tem 81 senadores. Cada um dos 26 estados e o Distrito Federal elegem três senadores.

O mandato dos senadores é de oito anos, mas as eleições para o Senado acontecem de quatro em quatro anos. Assim, a cada eleição, a casa renova, alternadamente, um terço e dois terços de suas 81 cadeiras.

No ano de 2022, cada estado elegeu um senador, já que, em 2018, 2/3 do Senado foi renovado.

Gabarito: Errado

9. (QUADRIX/CRA-PR/2022 – ANALISTA DE SISTEMA) Desde a redemocratização, em 1985, que encerrou duas décadas de regime autoritário, o Brasil tem ido regularmente às urnas para escolher, por eleições diretas, seus representantes no Legislativo e no Executivo, nos três níveis: municipal; estadual; e federal.

COMENTÁRIOS:

O Brasil viveu um regime autoritário, militar-civil, de 1964 a 1985. Após a redemocratização, em 1985, o país passou a ter eleições diretas regulares para eleger os seus representantes no Legislativo e no Executivo, nos três níveis: municipal, estadual e federal. As primeiras eleições presidenciais livres e diretas no Brasil ocorreram em 1989, quando Fernando Collor de Mello, do Partido da Reconstrução Nacional (PRN), foi eleito.

O período democrático atual, apesar de existir a pouco mais de três décadas, é o mais longo já vivido no Brasil em toda a sua história. Ou seja, grande parte da história brasileira foi de regimes autoritários. A democracia é um dos pilares fundamentais da nossa República.

Gabarito: Certo

10. (QUADRIX/CRA-PR/2022 – ANALISTA DE SISTEMA) No Brasil, a eleição de prefeitos, governadores e senadores e do presidente da República dá-se pelo voto proporcional; já vereadores e deputados federais, estaduais e distritais são eleitos pelo voto majoritário.

COMENTÁRIOS:

A questão fez uma inversão dos conceitos.

As eleições para presidente, governadores, prefeitos e senadores são feitas de acordo com o sistema **majoritário**. Nesse sistema, são eleitas as chapas (com titular e vice) que receberem mais votos. No caso dos senadores, vence o mais votado (nas eleições em que há eleição de apenas um senador, como em 2022), ou os dois mais votados (nas eleições em que há abertura de duas vagas).



As eleições para vereadores, deputados federais, estaduais e distritais ocorrem pelo sistema de voto **proporcional**. Nesse sistema, o total de votos recebidos pelo partido define a quantidade de vagas que o partido recebe, e a ordem de preenchimento das vagas é estabelecida pela ordem decrescente do número de votos de cada um dos candidatos do partido.

Gabarito: Errado

11. (QUADRIX/CRP-10/2022 – ASSISTENTE ADMINISTRATIVO) Neste 2022, o Brasil tem marcadas eleições para a presidência da República, os governos estaduais e senadores e deputados federais e estaduais.

COMENTÁRIOS:

No ano de 2022, os cidadãos brasileiros irão às urnas votar para Presidente da República, Governador, Senador, Deputado Federal e Deputado Estadual ou Distrital.

Gabarito: Certo



QUESTÕES COMENTADAS – O BRASIL E A QUESTÃO MIGRATÓRIA - MULTIBANCAS

(CEBRASPE/CBM-AL/2021 – SOLDADO) Embora as manchetes dos jornais possam indicar outra coisa, somente 3% dos mais de 7 bilhões de habitantes do planeta são migrantes internacionais, isto é, pessoas que vivem fora do país onde nasceram. Vivemos em uma época na qual a proporção de pessoas ricas (e idosas) é cada vez menor em contraposição a uma presença cada vez maior de pessoas pobres (e jovens). As pressões migratórias crescem sem parar em consequência das desigualdades internacionais e de conflitos insolúveis, e os países mais desenvolvidos se veem diante de uma encruzilhada decisiva em termos demográficos e de trabalho.

Internet: (com adaptações).

Acerca do atual processo migratório em escala mundial, julgue os próximos itens.

1. O relevante número de imigrantes latinos que entram ilegalmente no Brasil tem relação direta com a porosidade das fronteiras brasileiras e com a proximidade geográfica com os países de origem desses imigrantes.

COMENTÁRIOS:

O Brasil é um país que recebe muitos imigrantes latinos, devido à proximidade geográfica dos países de origem e também por apresentar, no geral, melhores condições socioeconômicas que outras nações da região.

A imigração ilegal é favorecida pela porosidade das fronteiras. Esse é um termo derivado de poros, ou seja, de buracos. O fato de apresentar uma extensa faixa de fronteira, com grandes áreas compostas por densas florestas e cursos d'água, faz com que existam muitos "poros", buracos na fiscalização de fronteira, facilitando a entrada ilegal no país.

Gabarito: Certo

2. Parte dos refugiados chegados ao Brasil possui qualificação profissional, mas, mesmo assim, enfrenta problemas para encaixe no mercado de trabalho.

COMENTÁRIOS:

O Brasil registrou nos últimos anos um aumento histórico no número de solicitações de refúgio. Entretanto, esse aumento não foi acompanhado pela oferta de vagas de trabalho. Das dificuldades com a língua portuguesa à falta de informação das empresas, são muitos os obstáculos enfrentados.

Apesar da boa qualificação, refugiados acabam em desvantagem em processos seletivos formais, pois muitas empresas acreditam que o processo de contratação de um estrangeiro é mais burocrático, mais caro e mais demorado em relação à contratação de um brasileiro.



Mesmo com informação de fácil acesso, algumas empresas ainda acreditam que possa haver alguma ilegalidade na contratação de refugiados, passível de causar problemas com Ministério do Trabalho ou mesmo com a Polícia Federal.

Aliado à desinformação, o preconceito também é um fator determinante. Refugiados são muitas vezes associados a imigrantes ilegais ou a fugitivos.

Gabarito: Certo

3. (CESGRANRIO/BASA/2021 – TÉCNICO CIENTÍFICO) Das 140.774 pessoas em situação de deslocamento forçado registradas no sistema do Acnur (Alto Comissariado da ONU para Refugiados) no Brasil, 95% são da Venezuela. Destas, 46,7% são mulheres, das quais 31% são menores de idade e 3%, idosas. Segundo Rosana Baeninger, pesquisadora da Unicamp, é possível notar a presença significativa de mulheres em todas as fases da migração da Venezuela para o Brasil. A partir de 2018, com a piora da crise humanitária na Venezuela, intensifica-se a chegada de imigrantes de renda mais baixa pela fronteira amazônica. “É uma migração absolutamente familiar, e a presença feminina é muito vinculada a isso”, afirma a pesquisadora. Nessa fase, trata-se de uma migração fortemente dirigida pelo Estado e por ONGs, por meio da Operação Acolhida.

MANTOVANI, F. Diário de uma Refugiada. Jornal Folha de São Paulo, Mundo, 13 dez. 2020, p. A13. Adaptado.

A respeito da migração internacional, na fase mais recente do deslocamento venezuelano para o Brasil, as imigrantes chegam, majoritariamente, por via terrestre ao seguinte estado:

- (A) Roraima
- (B) Rondônia
- (C) Amazonas
- (D) Mato Grosso
- (E) Mato Grosso do Sul

COMENTÁRIOS:

Em decorrência da crise política, econômica e social pela qual passa, milhões de venezuelanos saíram do seu país, migrando para outros países da América Latina e do mundo, entre eles o Brasil, que faz fronteira com a Venezuela na região Norte. Os venezuelanos que migram para o Brasil chegam, em sua quase totalidade, por via terrestre, pelo estado fronteiro de Roraima, sobretudo, pela cidade de Pacaraima.

Gabarito: A

4. (IBADE/PREFEITURA DE VILA VELHA/2020 – ANALISTA AMBIENTAL) Desde 2015, após o presidente Nicolás Maduro perder as eleições parlamentares, parte da população venezuelana começou a emigrar em maiores números para alguns países da América Latina. Segundo o FGV DAPP, em Roraima, na fronteira do Brasil com a Venezuela, o município de _____, tem recebido grande parte deste fluxo, em



meio ao surgimento de conflitos sociais. Complete a lacuna marcando a alternativa que informe, corretamente, o nome desse município brasileiro.

- (A) Caracara.
- (B) Pacaraima.
- (C) Uiramutã.
- (D) Alto Alegre.
- (E) Amajari.

COMENTÁRIOS:

Devido à grave crise política, econômica e social, um grande contingente de venezuelanos tem deixado o país desde 2015, migrando para outros países da América Latina e de outros continentes. Os venezuelanos entram no país principalmente por Pacaraima, em Roraima, na fronteira com a Venezuela. A grande maioria dos que permanecem no Brasil acaba ficando nesse estado, o de menor população, especialmente na sua capital, Boa Vista.

Gabarito: B

5. (IDECAN/IPC/2018 - PROCURADOR PREVIDENCIÁRIO)



A manchete acima denuncia um grave problema social que tomou conta de uma capital brasileira que vem sofrendo com o intenso fluxo de imigrantes venezuelanos. As cenas da chegada de centenas, até milhares de venezuelanos desempregados, famintos e desesperados se tornaram frequentes na cidade que recebe um número crescente de imigrantes. Já são 40 mil, segundo as contas da Prefeitura, o que equivale a mais de 10% dos cerca de 330 mil habitantes da capital do estado com menor índice populacional do Brasil. A cidade a qual estamos nos referindo é:

- a) Rio Branco.
- b) Boa Vista.
- c) Manaus.



d) Belém.

COMENTÁRIOS:

A cidade a que o enunciado se refere é Boa Vista, capital do estado de Roraima. O estado tem sido a principal porta de entrada, no Brasil, para os venezuelanos que fogem da crise econômica, social e política do seu país.

Gabarito: B

6. (CESGRANRIO/LIQUIGÁS/2018 – CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR) Considere o texto que aborda a imigração no Brasil contemporâneo.

Os venezuelanos chegam ao Brasil fugindo da crise econômica intensa instalada no país vizinho. De 2015 a junho deste ano, 56,7 mil venezuelanos procuraram a Polícia Federal. Nesse período, 35,5 mil pediram refúgio e 11,1 mil solicitaram residência no Brasil. Em abril, o governo deu início a um processo de distribuição de imigrantes venezuelanos concentrados na Amazônia para outras unidades da federação, no chamado processo de interiorização.

Metade dos imigrantes da Venezuela já deixou o Brasil, Jornal do Brasil, Nacional, 18 jul. 2018, p.4. Adaptado.

Essa chegada de imigrantes venezuelanos ao Brasil ocorre pelo seguinte estado:

- a) Pará.
- b) Amapá.
- c) Roraima.
- d) Rondônia.
- e) Amazonas.

COMENTÁRIOS:

A chegada dos venezuelanos se dá pelo estado de Roraima.

Gabarito: C



QUESTÕES COMENTADAS – IDH - MULTIBANCAS

1. (FCC/AFAP/2019 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO) Criado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é atualizado anualmente, visando permitir o conhecimento sobre as condições de vida das nações avaliadas. Este índice possui uma variação de 0 até 1, sendo que quanto mais próximo for de 1 a avaliação do país, melhor classificado ele será no IDH, ou seja, melhores condições de vida aquela população terá.

Analise o IDH do Brasil mostrado na tabela abaixo.

Ano	Posição no mundo	IDH
2015	79ª	0,754
2016	79ª	0,758
2017	79ª	0,759
2018	79ª	0,759

(PNUD)

Os dados apresentados e os conhecimentos sobre o contexto socioeconômico brasileiro indicam

- a) os elevados déficits em setores de importância socioeconômica, como é o caso da Previdência.
- b) que, atualmente, o país tem apresentado significativa redução das desigualdades sociais.
- c) que as condições de vida da população brasileira tiveram reduzida evolução.
- d) o esforço do governo para manter políticas públicas destinadas às crianças e jovens.
- e) a posição do Brasil como o país de maior IDH da América do Sul, superando a Argentina.

COMENTÁRIOS:

O IDH leva em conta três indicadores: educação (**acesso ao conhecimento**), saúde (**vida longa e saudável**) e renda (**padrão de vida**). A tabela mostra que o indicador teve um crescimento muito pequeno entre 2014 e 2018, de 0,005 e a posição do Brasil permaneceu a mesma no ranking do IDH dos países, 79ª posição. O Brasil não galgou nenhuma posição. Assim, os dados apresentados demonstram que as condições de vida da população brasileira tiveram uma reduzida evolução.

As outras alternativas estão **incorretas**, pois o IDH não analisa a situação fiscal dos governos, não mede as desigualdades sociais, que são medidas pelo Índice de Gini e não analisa políticas públicas destinadas às crianças e jovens.



O IDH é um indicador de desenvolvimento humano. Chile, Argentina e Uruguai são os países com os maiores IDHs da América do Sul.

Gabarito: C

2. (FGV/COMPESA/2018 – ANALISTA DE GESTÃO) O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foi concebido para superar uma abordagem meramente econômica de desenvolvimento, baseada na renda nacional. Assinale a opção que apresenta os critérios que são adotados para estabelecer o IDH.

- a) A taxa de desemprego, os investimentos em pesquisa e a média de anos de educação de adultos.
- b) A expectativa de vida, o acesso ao conhecimento e a renda medida em paridade com o poder de compra.
- c) A longevidade com saúde, a taxa de alfabetização e o produto interno bruto per capita.
- d) A esperança de vida ao nascer, a matrícula escolar nos três níveis do ensino e o índice de empregabilidade.
- e) O percentual da população economicamente ativa, o rendimento médio por gênero e o grau de desigualdade social.

COMENTÁRIOS:

As três variáveis utilizadas no cálculo do IDH são:

Educação (acesso ao conhecimento) - Duas taxas são usadas para medir a qualidade da educação de um país. O primeiro é a média de anos de educação de adultos (pessoas com mais de 25 anos de idade). O segundo é a **expectativa de anos de estudo para crianças**.

Saúde (longevidade) - A **expectativa de vida ao nascer** é utilizada para medir a longevidade da população de um país.

Renda - É determinado pela renda per capita nacional, medida em **dólar**, considerando ainda a **paridade do poder de compra** (um método que revela quanto a moeda local é capaz de comprar no âmbito internacional, desconsiderando o custo de vida local).

Se levarmos ao pé da letra, acesso ao conhecimento é diferente de nível de instrução. Entretanto, a banca utilizou essa palavra e a considerou **correta**.

Gabarito: B



QUESTÕES COMENTADAS – CENSO DEMOGRÁFICO – MULTIBANCAS

1. (FGV/CÂMARA MUNICIPAL DE TAUBATÉ-SP/2022 – CONTADOR LEGISLATIVO) Em 2022, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realiza um novo censo demográfico, para atualizar o retrato do Brasil e embasar novas políticas públicas. Assinale a afirmativa que caracteriza corretamente o censo demográfico brasileiro.

- (A) Informar os dados solicitados na pesquisa é facultativo e pode ser por internet.
- (B) As informações colhidas são abertas e podem ser objeto de certidão.
- (C) O recenseado pode optar em responder o questionário básico ou o ampliado.
- (D) Foram incluídas perguntas sobre orientação sexual e a identidade de gênero
- (E) O recenseador pode perguntar sobre identificação étnico-racial, educação e rendimento do responsável pelo domicílio, entre outros.

COMENTÁRIOS:

a) Incorreto. De acordo com a legislação brasileira, a participação no Censo é obrigatória, sob pena de multa. Todavia, não é obrigatório responder ao questionário de forma presencial, o que pode ser feito por telefone ou pela internet.

b) Incorreto. A legislação assegura o sigilo das informações prestadas, sendo usadas exclusivamente para fins estatísticos. Não podem ser usadas como prova em processo administrativo, fiscal e judicial ou para qualquer outra finalidade.

c) Incorreto. O recenseado não pode escolher o questionário que irá responder. Cerca de 10% dos domicílios recenseados responderão ao questionário da amostra, escolhido de forma aleatória com base em critérios estatísticos.

d) Incorreto. Não foram incluídas no Censo de 2022 perguntas sobre orientação sexual e a identidade de gênero.

e) Correto. Questões sobre identificação étnico-racial, educação e rendimento do responsável pelo domicílio estão presentes no Censo.

Gabarito: E

2. (IBADE/IBGE/2020 - AGENTE CENSITÁRIO/ADAPTADA) É correto afirmar que em 2022, o IBGE realizará:

- a) XIII Censo Demográfico, que será um “retrato de corpo inteiro” do País.



- b) X Censo Demográfico, que será um “retrato de corpo inteiro” do País.
- c) XIII Censo Demográfico, que será uma “parte do retrato” do País.
- d) X Censo Demográfico, que será uma “parte do retrato” do País.
- e) X Censo Demográfico, que será uma “parte do retrato dos estados” do País.

COMENTÁRIOS:

Em 2022, o IBGE realizará o XIII Censo Demográfico, que será um “retrato de corpo inteiro” do País.

Gabarito: A

3. (IBADE/IBGE/2020 - RECENSEADOR) Em relação ao Censo Demográfico realizado pelo IBGE, é correto afirmar que:

- a) é a principal fonte de dados sobre a situação de vida da população nos municípios e localidades.
- b) a última coleta do Censo Demográfico no Brasil ocorreu no ano de 2000.
- c) é a operação realizada a cada 5 anos para contar a população e obter informações sobre as principais características dos habitantes e de seus domicílios.
- d) os dados do IBGE não podem ser utilizados para a definição de políticas públicas em nível municipal.
- e) dados sobre a distribuição territorial no país e a evolução de seu quantitativo ao longo do tempo não são coletados pelo Censo Demográfico IBGE.

COMENTÁRIOS:

- a) Correta.** O Censo Demográfico é a principal fonte de dados sobre a situação de vida da população nos municípios e localidades.
- b) Incorreta.** A última coleta do Censo Demográfico no Brasil ocorreu no ano de 2010.
- c) Incorreta.** O Censo Demográfico é a operação realizada a cada 10 anos para contar a população e obter informações sobre as principais características dos habitantes e de seus domicílios.
- d) Incorreta.** Os dados do IBGE podem ser utilizados para a definição de políticas públicas nas três esferas de governo, Federal, Estadual e Municipal.
- e) Incorreta.** Os dados sobre a distribuição territorial no país e a evolução de seu quantitativo ao longo do tempo **são** coletados pelo Censo Demográfico.

Gabarito: A



(QUADRIX/CRO-AC/2019 - ASSISTENTE JURÍDICO/ADAPTADA) São muitas as razões para que o Censo Demográfico em 2022 retrate, com a maior fidelidade possível, a realidade do País e de sua população. Trata-se de um investimento indispensável para que se possa fazer frente aos enormes desafios que teremos nos próximos dez anos.

Internet: <<https://brasil.elpais.com>> (com adaptações).

Tendo o texto acima apenas como referência inicial, julgue os itens.

4. Em abril de 2019, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) anunciou uma redução de 25% dos gastos previstos com a realização do Censo Demográfico.

COMENTÁRIOS:

A difícil situação fiscal pela qual o Brasil passa nos últimos anos fez com que o Governo Federal desenvolvesse uma política de redução de gastos em muitos setores do país. Um dos cortes feitos foi no Censo Demográfico de 2021, com uma redução de 25% dos gastos previstos.

O questionário básico, que será aplicado em todos os 71 milhões de domicílios brasileiros, terá 26 perguntas, e não mais 34, como na última pesquisa realizada em 2010.

Já o questionário mais completo, destinado a uma amostra de 10% das residências do País, teve uma redução de 102 perguntas para 77.

Com a diminuição no número de perguntas do questionário, os gastos com a realização da pesquisa passam dos R\$ 3,1 bilhões previstos para R\$ 2,3 bilhões.

Entre os temas que não estarão mais presentes no Censo 2022 estão perguntas envolvendo a emigração internacional, renda e aluguel.

Gabarito: Certo

5. O IBGE, que realiza o Censo, determinou a redução do número de perguntas para 2022, visando a aumentar a produtividade e a agilizar a pesquisa.

COMENTÁRIOS:

Devido à falta de recursos financeiros, o IBGE reduziu o número de quesitos que serão investigados no Censo Demográfico 2022. O questionário básico terá 26 perguntas, e não mais 34 como na última pesquisa, realizada em 2010. O questionário da amostra, terá 77 quesitos, em vez dos 102 quesitos do censo anterior. Com isso, a coleta de informações de cada questionário levará menos tempo e a produtividade por recenseador aumentará. A presidente do IBGE, Susana Cordeiro Guerra, diz que a redução da pesquisa está em sintonia com a tendência internacional e visa a uma modernização que torne a operação mais simples e ágil.

Gabarito: Certo



6. As mudanças a serem implementadas no Censo 2022 motivaram críticas de diversos especialistas; argumentam eles que a falta de informações mais detalhadas prejudicaria as políticas públicas.

COMENTÁRIOS:

As mudanças a serem implementadas no Censo 2022 motivaram críticas de diversos especialistas. Algumas das críticas vieram do Ministério Público, que publicou um ofício pedindo explicações sobre os cortes, e também de cinco ex-presidentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que divulgaram uma carta aberta contra os cortes orçamentários e as alternativas propostas para a realização do Censo 2022.

O Censo Demográfico constitui a principal fonte de referência para o conhecimento das condições de vida da população brasileira. O levantamento subsidia o planejamento e a execução de políticas públicas em áreas como educação, saúde e habitação, além de permitir avaliar a abrangência dessas iniciativas.

Gabarito: Certo

7. O Censo 2022 será aplicado entre agosto e outubro do ano que vem, visitando todas as residências brasileiras e compondo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

COMENTÁRIOS:

O Censo 2022 será aplicado entre os meses de agosto a outubro de 2021, visitando todas as residências.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) é uma outra pesquisa, diferente do Censo Demográfico. Ela era realizada nos domicílios brasileiros para apurar características gerais da população, tendo como unidade de investigação o domicílio. Não é feita em todos os domicílios, como o Censo, mas por meio de uma amostragem estatística.

A PNAD foi encerrada em 2016 e substituída, com metodologia atualizada, pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua. Essa busca acompanhar as flutuações trimestrais e a evolução, no curto, médio e longo prazos, da força de trabalho, e outras informações necessárias para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do País.

Gabarito: Errado



LISTA DE QUESTÕES – ORGANIZAÇÃO POLÍTICA E TERRITORIAL DO BRASIL – MULTIBANCAS

1. (QUADRIX/CREMEGO/2022) O Supremo Tribunal Federal (STF) é a mais alta Corte do Poder Judiciário brasileiro.
2. (CEBRASPE/PGE-PE/2019 – ANALISTA JUDICIÁRIO) Na qualidade de esteio maior da lei, a justiça protagonizada pela formalidade do Poder Judiciário deve atender aos interesses dos demais poderes da República.



GABARITO

1. C
2. E



LISTA DE QUESTÕES – ELEIÇÕES DE 2022 NO BRASIL – MULTIBANCAS

1. (FGV/TRT-PB/2022) Nas eleições deste ano, elegemos nosso futuro Presidente, nossos futuros Governadores de estado, senadores, deputados federais e deputados estaduais. Desses, são representantes do Poder Legislativo

- (A) os governadores e os senadores.
- (B) o Presidente e os senadores.
- (C) os governadores, os deputados e os senadores.
- (D) os senadores, apenas.
- (E) os deputados federais, os deputados estaduais e os senadores.

2. (QUADRIX/PREFEITURA DE BARREIRAS-BA/2022) A respeito do sistema eleitoral brasileiro e dos vários aspectos relacionados a esse assunto, assinale a alternativa correta.

- (A) Nas eleições que ocorrerão no Brasil em 2022, estarão em disputa cargos para as três esferas de poder: a eleição de presidente e governadores dar-se-á na esfera do Poder Executivo; a eleição de deputados ocorrerá no âmbito do Poder Legislativo; e a eleição de senadores configurará uma disputa para o Poder Judiciário.
- (B) O sistema adotado no Brasil na eleição para o Poder Legislativo é o distrital misto, o que significa que os candidatos mais votados não serão, necessariamente, os eleitos.
- (C) No Brasil, o mandato de senador é de oito anos, com direito à reeleição, podendo concorrer a esse cargo somente os brasileiros com mais de 35 anos de idade.
- (D) O sistema brasileiro é semelhante ao estadunidense: em ambos os sistemas, o mandato de presidente é de quatro anos, e o mandatário pode ser reeleito apenas uma vez, não podendo voltar a concorrer ao cargo em uma eleição futura.

(QUADRIX/CREMEGO/2022) A respeito das eleições que ocorrerão no Brasil em outubro deste ano e de assuntos correlatos, julgue os itens.

- 3. Os cargos que serão disputados nas eleições deste ano são os seguintes: cargo de presidente da República; cargos de governador; cargos de senador; cargos de deputados federais; e cargos de deputados estaduais (ou distritais, no caso do Distrito Federal).**
- 4. Nas próximas eleições, menos da metade do eleitorado brasileiro deverá exercer o seu direito ao voto com identificação biométrica.**



5. O atual presidente da República concorrerá pelo mesmo partido pelo qual se elegeu no pleito de 2018.

(QUADRIX/CREMEGO/2022) Em 2022, o Brasil comemora uma importante data cívica. Além disso, serão realizadas eleições para o Poder Executivo e para o Poder Legislativo. Relativamente a esse quadro, julgue os itens.

6. Quem coordena as eleições brasileiras, em âmbito nacional, é o Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

7. Diferentemente do que ocorria no Regime Militar, a eleição do presidente da República, dos governadores e dos prefeitos se faz, atualmente, pelo voto indireto.

8. Cada estado brasileiro e o Distrito Federal elegem um único senador para exercer o mandato por quatro anos.

9. (QUADRIX/CRA-PR/2022 – ANALISTA DE SISTEMA) Desde a redemocratização, em 1985, que encerrou duas décadas de regime autoritário, o Brasil tem ido regularmente às urnas para escolher, por eleições diretas, seus representantes no Legislativo e no Executivo, nos três níveis: municipal; estadual; e federal.

10. (QUADRIX/CRA-PR/2022 – ANALISTA DE SISTEMA) No Brasil, a eleição de prefeitos, governadores e senadores e do presidente da República dá-se pelo voto proporcional; já vereadores e deputados federais, estaduais e distritais são eleitos pelo voto majoritário.

11. (QUADRIX/CRP-10/2022 – ASSISTENTE ADMINISTRATIVO) Neste 2022, o Brasil tem marcadas eleições para a presidência da República, os governos estaduais e senadores e deputados federais e estaduais.

GABARITO



1. E
2. C
3. C
4. E

5. E
6. C
7. E
8. E

9. C
10. E
11. C



QUESTÕES COMENTADAS – O BRASIL E A QUESTÃO MIGRATÓRIA - MULTIBANCAS

(CEBRASPE/CBM-AL/2021 – SOLDADO) Embora as manchetes dos jornais possam indicar outra coisa, somente 3% dos mais de 7 bilhões de habitantes do planeta são migrantes internacionais, isto é, pessoas que vivem fora do país onde nasceram. Vivemos em uma época na qual a proporção de pessoas ricas (e idosas) é cada vez menor em contraposição a uma presença cada vez maior de pessoas pobres (e jovens). As pressões migratórias crescem sem parar em consequência das desigualdades internacionais e de conflitos insolúveis, e os países mais desenvolvidos se veem diante de uma encruzilhada decisiva em termos demográficos e de trabalho.

Internet: (com adaptações).

Acerca do atual processo migratório em escala mundial, julgue os próximos itens.

1. O relevante número de imigrantes latinos que entram ilegalmente no Brasil tem relação direta com a porosidade das fronteiras brasileiras e com a proximidade geográfica com os países de origem desses imigrantes.

COMENTÁRIOS:

O Brasil é um país que recebe muitos imigrantes latinos, devido à proximidade geográfica dos países de origem e também por apresentar, no geral, melhores condições socioeconômicas que outras nações da região.

A imigração ilegal é favorecida pela porosidade das fronteiras. Esse é um termo derivado de poros, ou seja, de buracos. O fato de apresentar uma extensa faixa de fronteira, com grandes áreas compostas por densas florestas e cursos d'água, faz com que existam muitos "poros", buracos na fiscalização de fronteira, facilitando a entrada ilegal no país.

Gabarito: Certo

2. Parte dos refugiados chegados ao Brasil possui qualificação profissional, mas, mesmo assim, enfrenta problemas para encaixe no mercado de trabalho.

COMENTÁRIOS:

O Brasil registrou nos últimos anos um aumento histórico no número de solicitações de refúgio. Entretanto, esse aumento não foi acompanhado pela oferta de vagas de trabalho. Das dificuldades com a língua portuguesa à falta de informação das empresas, são muitos os obstáculos enfrentados.

Apesar da boa qualificação, refugiados acabam em desvantagem em processos seletivos formais, pois muitas empresas acreditam que o processo de contratação de um estrangeiro é mais burocrático, mais caro e mais demorado em relação à contratação de um brasileiro.



Mesmo com informação de fácil acesso, algumas empresas ainda acreditam que possa haver alguma ilegalidade na contratação de refugiados, passível de causar problemas com Ministério do Trabalho ou mesmo com a Polícia Federal.

Aliado à desinformação, o preconceito também é um fator determinante. Refugiados são muitas vezes associados a imigrantes ilegais ou a fugitivos.

Gabarito: Certo

3. (CESGRANRIO/BASA/2021 – TÉCNICO CIENTÍFICO) Das 140.774 pessoas em situação de deslocamento forçado registradas no sistema do Acnur (Alto Comissariado da ONU para Refugiados) no Brasil, 95% são da Venezuela. Destas, 46,7% são mulheres, das quais 31% são menores de idade e 3%, idosas. Segundo Rosana Baeninger, pesquisadora da Unicamp, é possível notar a presença significativa de mulheres em todas as fases da migração da Venezuela para o Brasil. A partir de 2018, com a piora da crise humanitária na Venezuela, intensifica-se a chegada de imigrantes de renda mais baixa pela fronteira amazônica. “É uma migração absolutamente familiar, e a presença feminina é muito vinculada a isso”, afirma a pesquisadora. Nessa fase, trata-se de uma migração fortemente dirigida pelo Estado e por ONGs, por meio da Operação Acolhida.

MANTOVANI, F. Diário de uma Refugiada. Jornal Folha de São Paulo, Mundo, 13 dez. 2020, p. A13. Adaptado.

A respeito da migração internacional, na fase mais recente do deslocamento venezuelano para o Brasil, as imigrantes chegam, majoritariamente, por via terrestre ao seguinte estado:

- (A) Roraima
- (B) Rondônia
- (C) Amazonas
- (D) Mato Grosso
- (E) Mato Grosso do Sul

COMENTÁRIOS:

Em decorrência da crise política, econômica e social pela qual passa, milhões de venezuelanos saíram do seu país, migrando para outros países da América Latina e do mundo, entre eles o Brasil, que faz fronteira com a Venezuela na região Norte. Os venezuelanos que migram para o Brasil chegam, em sua quase totalidade, por via terrestre, pelo estado fronteiro de Roraima, sobretudo, pela cidade de Pacaraima.

Gabarito: A

4. (IBADE/PREFEITURA DE VILA VELHA/2020 – ANALISTA AMBIENTAL) Desde 2015, após o presidente Nicolás Maduro perder as eleições parlamentares, parte da população venezuelana começou a emigrar em maiores números para alguns países da América Latina. Segundo o FGV DAPP, em Roraima, na fronteira do Brasil com a Venezuela, o município de _____, tem recebido grande parte deste fluxo, em



meio ao surgimento de conflitos sociais. Complete a lacuna marcando a alternativa que informe, corretamente, o nome desse município brasileiro.

- (A) Caracara.
- (B) Pacaraima.
- (C) Uiramutã.
- (D) Alto Alegre.
- (E) Amajari.

COMENTÁRIOS:

Devido à grave crise política, econômica e social, um grande contingente de venezuelanos tem deixado o país desde 2015, migrando para outros países da América Latina e de outros continentes. Os venezuelanos entram no país principalmente por Pacaraima, em Roraima, na fronteira com a Venezuela. A grande maioria dos que permanecem no Brasil acaba ficando nesse estado, o de menor população, especialmente na sua capital, Boa Vista.

Gabarito: B

5. (IDECAN/IPC/2018 - PROCURADOR PREVIDENCIÁRIO)



A manchete acima denuncia um grave problema social que tomou conta de uma capital brasileira que vem sofrendo com o intenso fluxo de imigrantes venezuelanos. As cenas da chegada de centenas, até milhares de venezuelanos desempregados, famintos e desesperados se tornaram frequentes na cidade que recebe um número crescente de imigrantes. Já são 40 mil, segundo as contas da Prefeitura, o que equivale a mais de 10% dos cerca de 330 mil habitantes da capital do estado com menor índice populacional do Brasil. A cidade a qual estamos nos referindo é:

- a) Rio Branco.
- b) Boa Vista.
- c) Manaus.



d) Belém.

COMENTÁRIOS:

A cidade a que o enunciado se refere é Boa Vista, capital do estado de Roraima. O estado tem sido a principal porta de entrada, no Brasil, para os venezuelanos que fogem da crise econômica, social e política do seu país.

Gabarito: B

6. (CESGRANRIO/LIQUIGÁS/2018 – CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR) Considere o texto que aborda a imigração no Brasil contemporâneo.

Os venezuelanos chegam ao Brasil fugindo da crise econômica intensa instalada no país vizinho. De 2015 a junho deste ano, 56,7 mil venezuelanos procuraram a Polícia Federal. Nesse período, 35,5 mil pediram refúgio e 11,1 mil solicitaram residência no Brasil. Em abril, o governo deu início a um processo de distribuição de imigrantes venezuelanos concentrados na Amazônia para outras unidades da federação, no chamado processo de interiorização.

Metade dos imigrantes da Venezuela já deixou o Brasil, Jornal do Brasil, Nacional, 18 jul. 2018, p.4. Adaptado.

Essa chegada de imigrantes venezuelanos ao Brasil ocorre pelo seguinte estado:

- a) Pará.
- b) Amapá.
- c) Roraima.
- d) Rondônia.
- e) Amazonas.

COMENTÁRIOS:

A chegada dos venezuelanos se dá pelo estado de Roraima.

Gabarito: C



LISTA DE QUESTÕES – IDH - MULTIBANCAS

1. (FCC/AFAP/2019 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO) Criado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é atualizado anualmente, visando permitir o conhecimento sobre as condições de vida das nações avaliadas. Este índice possui uma variação de 0 até 1, sendo que quanto mais próximo for de 1 a avaliação do país, melhor classificado ele será no IDH, ou seja, melhores condições de vida aquela população terá.

Analise o IDH do Brasil mostrado na tabela abaixo.

Ano	Posição no mundo	IDH
2015	79ª	0,754
2016	79ª	0,758
2017	79ª	0,759
2018	79ª	0,759

(PNUD)

Os dados apresentados e os conhecimentos sobre o contexto socioeconômico brasileiro indicam

- a) os elevados déficits em setores de importância socioeconômica, como é o caso da Previdência.
- b) que, atualmente, o país tem apresentado significativa redução das desigualdades sociais.
- c) que as condições de vida da população brasileira tiveram reduzida evolução.
- d) o esforço do governo para manter políticas públicas destinadas às crianças e jovens.
- e) a posição do Brasil como o país de maior IDH da América do Sul, superando a Argentina.

2. (FGV/COMPESA/2018 – ANALISTA DE GESTÃO) O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foi concebido para superar uma abordagem meramente econômica de desenvolvimento, baseada na renda nacional. Assinale a opção que apresenta os critérios que são adotados para estabelecer o IDH.

- a) A taxa de desemprego, os investimentos em pesquisa e a média de anos de educação de adultos.
- b) A expectativa de vida, o acesso ao conhecimento e a renda medida em paridade com o poder de compra.
- c) A longevidade com saúde, a taxa de alfabetização e o produto interno bruto per capita.



d) A esperança de vida ao nascer, a matrícula escolar nos três níveis do ensino e o índice de empregabilidade.

e) O percentual da população economicamente ativa, o rendimento médio por gênero e o grau de desigualdade social.



GABARITO

1. C
2. B



LISTA DE QUESTÕES – CENSO DEMOGRÁFICO – MULTIBANCAS

1. (FGV/CÂMARA MUNICIPAL DE TAUBATÉ-SP/2022 – CONTADOR LEGISLATIVO) Em 2022, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realiza um novo censo demográfico, para atualizar o retrato do Brasil e embasar novas políticas públicas. Assinale a afirmativa que caracteriza corretamente o censo demográfico brasileiro.

- (A) Informar os dados solicitados na pesquisa é facultativo e pode ser por internet.
- (B) As informações colhidas são abertas e podem ser objeto de certidão.
- (C) O recenseado pode optar em responder o questionário básico ou o ampliado.
- (D) Foram incluídas perguntas sobre orientação sexual e a identidade de gênero
- (E) O recenseador pode perguntar sobre identificação étnico-racial, educação e rendimento do responsável pelo domicílio, entre outros.

2. (IBADE/IBGE/2020 - AGENTE CENSITÁRIO/ADAPTADA) É correto afirmar que em 2022, o IBGE realizará:

- a) XIII Censo Demográfico, que será um “retrato de corpo inteiro” do País.
- b) X Censo Demográfico, que será um “retrato de corpo inteiro” do País.
- c) XIII Censo Demográfico, que será uma “parte do retrato” do País.
- d) X Censo Demográfico, que será uma “parte do retrato” do País.
- e) X Censo Demográfico, que será uma “parte do retrato dos estados” do País.

3. (IBADE/IBGE/2020 - RECENSEADOR) Em relação ao Censo Demográfico realizado pelo IBGE, é correto afirmar que:

- a) é a principal fonte de dados sobre a situação de vida da população nos municípios e localidades.
- b) a última coleta do Censo Demográfico no Brasil ocorreu no ano de 2000.
- c) é a operação realizada a cada 5 anos para contar a população e obter informações sobre as principais características dos habitantes e de seus domicílios.
- d) os dados do IBGE não podem ser utilizados para a definição de políticas públicas em nível municipal.
- e) dados sobre a distribuição territorial no país e a evolução de seu quantitativo ao longo do tempo não são coletados pelo Censo Demográfico IBGE.



(QUADRIX/CRO-AC/2019 - ASSISTENTE JURÍDICO/ADAPTADA) São muitas as razões para que o Censo Demográfico em 2022 retrate, com a maior fidelidade possível, a realidade do País e de sua população. Trata-se de um investimento indispensável para que se possa fazer frente aos enormes desafios que teremos nos próximos dez anos.

Internet: <<https://brasil.elpais.com>> (com adaptações).

Tendo o texto acima apenas como referência inicial, julgue os itens.

4. Em abril de 2019, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) anunciou uma redução de 25% dos gastos previstos com a realização do Censo Demográfico.
5. O IBGE, que realiza o Censo, determinou a redução do número de perguntas para 2022, visando a aumentar a produtividade e a agilizar a pesquisa.
6. As mudanças a serem implementadas no Censo 2022 motivaram críticas de diversos especialistas; argumentam eles que a falta de informações mais detalhadas prejudicaria as políticas públicas.
7. O Censo 2022 será aplicado entre agosto e outubro do ano que vem, visitando todas as residências brasileiras e compondo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).



GABARITO

1. E
2. A
3. A

4. C
5. C
6. C

7. E



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.